**FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE DO
JURUENA**

BACHARELADO EM DIREITO

CRISTIANE DE ASSIS COMINETTI

**RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA
NOS CRIMES AMBIENTAIS – LEI 9.605/98**

**JUINA-MT
2012**

**FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE DO
JURUENA**

BACHARELADO EM DIREITO

CRISTIANE DE ASSIS COMINETTI

**RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA
NOS CRIMES AMBIENTAIS – LEI 9.605/98**

Monografia apresentada a Faculdade de Direito da
AJES, como requisito parcial para obtenção do título
de Bacharel em Direito.

Professora Msc. Alcione Adame

**JUINA-MT
2012**

BANCA EXAMINADORA

Profª. Mestre Alcione Adame
Presidente - Orientadora

Prof. Mestre Luis Fernando Moraes de Mello
Membro

Prof. Mestre Vilmar Martins Moura Guarany
Membro

Juína-MT

2012

“O maior desafio tanto no nosso século quanto nos próximos é salvar o planeta da destruição. Isso vai exigir uma mudança nos próprios fundamentos da civilização moderna – o relacionamento dos seres humanos com a natureza.” Mikhail Gorbachev.

Aos maiores amores da minha vida, meu filho adorado Diego H. de Assis Cominetti e meu companheiro Romaldo Cominetti, por terem, a cada passo desta longa caminhada, me brindado com um amor incondicional.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus, por ter me guiado e dado forças para trilhar no caminho certo durante esses anos de aprendizado, com seriedade e dedicação.

Ao meu marido pelo ombro estendido, pela compreensão, paciência e suporte, pela pessoa maravilhosa que é. Ao meu filho por compreender minha ausência. Enfim, obrigada por existirem, pois os amo muito.

Aos meus pais, pelo amor e paciência. Por terem me apoiado nos momentos mais difíceis. Por terem vibrado a cada ano, vivenciando cada fase. Por terem ajudado na construção do meu caráter. Amo muito vocês.

A minha orientadora, pelos ensinamentos transmitidos com simplicidade e maestria. O meu sincero agradecimento e admiração.

Aos professores que contribuíram para minha formação acadêmica, na arte de ensinar.

Aos meus colegas que me acompanharam durante esses cinco anos, os quais são parte de uma etapa especial de minha vida.

RESUMO

Há muito o ser humano se conscientizou de que os seus desejos ilimitados se obstam no fato de a natureza possuir recursos limitados, de modo que se a busca incessante pelas riquezas materiais prosseguisse, não restaria nada para ser explorado, desmatado e cultivado e a vida chegaria ao fim. No exato momento em que surgiu essa noção de preservar o meio ambiente para que dele pudesse desfrutar, o homem passou a valorá-lo, erigindo-o a direito fundamental do cidadão, de maneira inédita, em nossa Constituição Federal de 1988, a qual inovou em nosso ordenamento jurídico ao impor a tutela penal do meio ambiente, responsabilizando tanto a pessoa física como o ente moral pela prática de ilícito ambiental, mas somente foi regulamentada dez anos após a sua promulgação, pela Lei de Crimes Ambientais. Com isso os estudiosos do direito passaram a se questionar como se daria essa tutela penal e se seria concomitante à tutela administrativa e cível, fazendo com que surgissem infundáveis questionamentos a respeito. Logo, não é por acaso que a responsabilidade penal da pessoa jurídica é tema de intensa divergência na doutrina e jurisprudência, não somente no direito pátrio, como também no alienígena. Desta maneira, vislumbra-se que o direito penal está se adaptando para a nossa nova realidade, haja vista que hoje não é somente o ser humano o principal poluidor do meio ambiente, mas sim a pessoa jurídica, que produz, fabrica e comercializa em longa escala, se valendo de matéria prima extraída da natureza e intensa mão-de-obra, o que, certamente, afeta o nosso ambiente, fazendo necessária, também, a imposição de sanção criminal para os seus agressores. É esse aspecto que o presente trabalho aborda, trazendo todas as circunstâncias que tão acaloradamente vem sendo discutidas a respeito da responsabilidade penal do ente coletivo pela prática de ilícito ambiental.

Palavras-chave: responsabilidade penal; pessoa jurídica; crime ambiental.

ABSTRACT

Long time ago human beings became aware that their unlimited desires are hindered by the fact that nature has limited resources, so that if an incessant search for material wealth proceeded, nothing would be left for exploitation, deforesting and cultivating, and the life on earth would reach an end. In the exact moment that appeared the notion of preserving the environment so that the man could enjoy it, then it was raised as a fundamental right of citizenship, in an unprecedented way, in our Constitution of 1988, which even innovated in our legal system when it enforced this right inserting it in penal laws of environment protection, prosecuting both the individual and the moral being for their illegal practices against the environment, despite the fact that it would be regulated only ten years after its promulgation by the bill of Environmental Crimes. When this came to happen law scholars began to question how such protection would be criminal and concurrently civil and administrative in its outcomes, making endless questions emerge. It is hardly by chance that the criminal liability of legal entities was and still is a subject of intense inquiry and divergence in doctrine and jurisprudence, not only by homeland law institutes, as well as in alien ones. Thus, it is worth considering that criminal law is adapting to our new reality, in fact today human being is no longer the main polluter of the environment, but the legal entity that produces, manufactures and markets large scale, taking advantage of raw material extracted from nature and labor-intensive work, which certainly affects our environment, making necessary, also, the imposition of criminal penalties for their abusers. It is this aspect that the present work, bringing all the circumstances has been hotly discussed about the criminal responsibility of the collective being through the practice of illegal acts against the environment.

Key-words: criminal liability; corporate; environment crime.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I – EVOLUÇÃO LEGISLATIVA AMBIENTAL	12
1. O meio ambiente e a tutela normativa.....	12
1.1 Na Constituição Federal de 1988.....	17
1.2 Lei de Crimes Ambientais.....	23
1.2.1 Dano Ambiental	26
CAPÍTULO II – RESPONSABILIDADE POR DANOS AMBIENTAIS	30
2. Responsabilidade	30
2.1. Responsabilidade subjetiva	31
2.2. Responsabilidade Objetiva	33
2.3. Responsabilidade Administrativa.....	39
2.4. Responsabilidade Penal.....	45
CAPITULO III – RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA... 50	50
3. 1. Imputabilidade pela prática de delitos ambientais.....	50
3.1.1. Entendimento doutrinário.....	52
3.1.2. Posicionamento jurisprudencial	62
3.2. Peculiaridade procedimental.....	71
3.3. Pessoa jurídica de direito público.....	79
CONCLUSÃO	83
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	86

INTRODUÇÃO

Hoje é assegurado constitucionalmente a todos os cidadãos brasileiros um ambiente ecologicamente equilibrado, essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, consubstanciando-se em um direito fundamental.

É claro que como em toda sociedade moderna o meio ambiente, antes de possuir proteção legal e, no nosso caso, *status* constitucional, sofreu intensas e deploráveis agressões, sendo que, somente então, ocorreu a conscientização social que culminou, para a corrente ambientalista, na sua proteção pelo direito penal.

Diante da atual realidade e dos mais estrondosos posicionamentos, surgiu o interesse desta aluna em aprofundar os seus conhecimentos a respeito da tutela penal do meio ambiente, bem como dos fundamentos utilizados pelas diversas correntes doutrinárias a fim de se posicionar, favoravelmente ou não, a imputabilidade penal da pessoa jurídica pela prática de crime ambiental.

Contudo, antes de adentrarmos ao tema, será realizado um apanhado, no primeiro capítulo do presente, sobre como o direito a um ambiente equilibrado ganhou *status* de direito fundamental de Terceira Geração, bem assim a tutela penal realizada através da lei de crimes ambientais, que regulamentou o disposto na Carta Magna.

Na sequência, será abordado no segundo capítulo as modalidades de responsabilização por dano ambiental, a saber, responsabilidade objetiva, subjetiva, cível, administrativa e, finalmente, iremos efetuar uma nota introdutória na responsabilidade penal, abordando a teoria do crime, para que, somente então, aprofundemos os estudos acerca da responsabilidade penal da pessoa jurídica.

Assim, no terceiro e último capítulo do presente trabalho de conclusão de curso serão explicitadas as correntes que se formaram a fim de rechaçar ou acolher a responsabilidade penal da pessoa jurídica em nosso ordenamento, adentrando às teorias explicativas por elas adotadas a fim de elucidar a natureza jurídica do ente coletivo para, a partir daí, trazer a tona a possibilidade de sanção penal da pessoa jurídica, abordando, dentre outras circunstâncias, a capacidade de ação do ente moral, de culpabilidade e de pena, bem como o procedimento para a imputação

penal do ente coletivo, destrinchando as suas peculiaridades e as críticas tecidas a despeito, além do posicionamento jurisprudencial, o qual ainda não fora pacificado diante do não pronunciamento do Supremo Tribunal Federal a respeito e, ao final, será efetuada breves explanações sobre a responsabilidade penal do Estado, por crimes ambientais por ele cometido.

CAPÍTULO I – EVOLUÇÃO LEGISLATIVA AMBIENTAL

1. O meio ambiente e a tutela normativa

Como ponto de partida para a devida compreensão de como o meio ambiente foi coberto pelo manto da norma legal, necessário trazer à baila qual era o contexto social da época em que o ambiente ganhou conceituação legal e *status* constitucional.

Hodiernamente o Direito Ambiental é um elemento do direito formado por regras e princípios que regem as condutas humanas que comprometam o meio ambiente, contudo, nem sempre foi assim.

Isso porque a atividade econômica exercida pelo homem em seu ambiente natural, nos mais diversos períodos históricos, possui relação direta com a eclosão da chamada “crise ambiental”, caracterizada pelo rompimento do equilíbrio ecológico, notadamente diante do fato de que o homem sempre dependeu da natureza para sobreviver, desde os primórdios da civilização, em uma busca desenfreada pela riqueza, “só se interessando preservar ou recuperar aquilo que possa resultar em algum rendimento, preferencialmente imediato”.¹

Nesse contexto podemos apontar o desmatamento desenfreado; as queimadas, como método nada ecológico de limpar a mata para, no mais das vezes, efetuar o cultivo de gado ou de extensas áreas de lavoura, porquanto vivemos em um país cuja economia também gira em torno da agropecuária; a poluição que atinge o solo, a água e o ar, prejudicando, diretamente, a flora e a fauna, tornando esses meios, no mínimo, inapropriados para o prosseguimento da vida que ele abrigava, a erosão, provocada pelo desmatamento.²

Percebe-se, então, que a exploração ambiental ocorreu devido ao uso desenfreado de seus recursos naturais, o crescimento social e o falso entendimento de que o meio ambiente era um bem inexaurível e de simplificada recuperação.

¹ BUGALHO, Nelson. **Delitos Contra o Patrimônio Florestal**. São Paulo: Juruá, 2010, p. 28.

² SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**. 9ª. ed. São Paulo: Malheiros, 2011, pp. 31-35.

Foi a conjunção de todos os fatores mencionados que fizeram com que o meio ambiente fosse assolado de tal forma, que acabou sendo deflagrada a preocupação de protegê-lo contra a ação devastadora do homem.

É claro que não podemos atribuir somente ao ser humano, todos os danos ambientais sofridos pelo planeta desde a origem da vida, os acidentes naturais, também trouxeram consequências desastrosas, originando, impactos ambientais de grande dimensão, entretanto, não serão discutidas no presente estudo.

Por suposto, o desenvolvimento social e tecnológico ocasionou várias modificações no meio ambiente, as quais, muitas vezes, não se deram de forma positiva, gerando um sentimento de impotência, pois não havia nenhum mecanismo normativo através do qual fosse possível responsabilizar os agentes causadores dos danos ambientais e evitar a reiteração dos atos lesivos ao meio ambiente.

Para José Afonso da Silva a chamada consciência ecológica teve azo em decorrência dos intensos desastres ecológicos causados pelo homem, que:

...despertou a *consciência ambientalista* ou a *consciência ecológica* por toda parte, até com certo exagero; mas exagero produtivo, porque chamou a atenção das autoridades para o problema da degradação e destruição do meio ambiente, natural e cultural, de forma sufocante. Daí sobreveio a necessidade da *proteção jurídica do meio ambiente*, com o combate pela lei de todas as formas de perturbação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico, de onde foi surgindo uma legislação ambiental em todos os países³.

Assim, não é despropositadamente que o surgimento da consciência ambiental fez com que fosse chamada a atenção do poder público acerca da degradação da natureza, dando ensejo ao surgimento de uma legislação ambiental protecionista, tendo sido, mais tarde, buscado compatibilizar o desenvolvimento econômico com a sadia qualidade de vida, movimento que fora nominado como “desenvolvimento sustentável”.

Guisa frisar que a tutela normativa, sob o enfoque do meio ambiente no Brasil, foi se introduzindo timidamente desde o período da colonização até ser efetivamente instituída no nosso sistema jurídico, sendo certo que se o meio ambiente foi, inicialmente desprezado por nossa constituição, passou a ser protegido

³*Ibidem*, p. 35.

de tal forma que a Constituição Federal de 1988 foi apelidada, carinhosamente, como “constituição verde”.

A fim de tornar público o seu progresso, o Superior Tribunal de Justiça publicou em sua página na rede mundial de computadores a evolução da legislação ambiental no Brasil, a qual dista de 1605, contudo, somente a partir dos anos de 1980 foram promulgadas leis que verdadeiramente esboçaram inquietação, por assim dizer, com a degradação ambiental⁴.

⁴**1605** Surge a primeira lei de cunho ambiental no País: o Regimento do Pau-Brasil, voltado à proteção das florestas.

1797 Carta régia afirma a necessidade de proteção a rios, nascentes e encostas, que passam a ser declarados propriedades da Coroa.

1799 É criado o Regimento de Cortes de Madeiras, cujo teor estabelece rigorosas regras para a derrubada de árvores.

1850 É promulgada a Lei nº 601/1850, primeira Lei de Terras do Brasil. Ela disciplina a ocupação do solo e estabelece sanções para atividades predatórias.

1911 É expedido o Decreto nº 8.843, que cria a primeira reserva florestal do Brasil, no antigo Território do Acre.

1916 Surge o Código Civil Brasileiro, que elenca várias disposições de natureza ecológica. A maioria, no entanto, reflete uma visão patrimonial, de cunho individualista.

1934 São sancionados o Código Florestal, que impõe limites ao exercício do direito de propriedade, e o Código de Águas. Eles contêm o embrião do que viria a constituir, décadas depois, a atual legislação ambiental brasileira.

1964 É promulgada a Lei 4.504, que trata do Estatuto da Terra. A lei surge como resposta a reivindicações de movimentos sociais, que exigiam mudanças estruturais na propriedade e no uso da terra no Brasil.

1965 Passa a vigorar uma nova versão do Código Florestal, ampliando políticas de proteção e conservação da flora. Inovador, estabelece a proteção das áreas de preservação permanente.

1967 São editados os Códigos de Caça, de Pesca e de Mineração, bem como a Lei de Proteção à Fauna. Uma nova Constituição atribui à União competência para legislar sobre jazidas, florestas, caça, pesca e águas, cabendo aos Estados tratar de matéria florestal.

1975 Inicia-se o controle da poluição provocada por atividades industriais. Por meio do Decreto-Lei 1.413, empresas poluidoras ficam obrigadas a prevenir e corrigir os prejuízos da contaminação do meio ambiente.

1977 É promulgada a Lei 6.453, que estabelece a responsabilidade civil em casos de danos provenientes de atividades nucleares.

1981 É editada a Lei 6.938, que estabelece a Política Nacional de Meio Ambiente. A lei inova ao apresentar o meio ambiente como objeto específico de proteção.

1985 É editada a Lei 7.347, que disciplina a ação civil pública como instrumento processual específico para a defesa do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.

1988 É promulgada a Constituição de 1988, a primeira a dedicar capítulo específico ao meio ambiente. Avançada, impõe ao Poder Público e à coletividade, em seu art. 225, o dever de defender e preservar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras.

1991 O Brasil passa a dispor da Lei de Política Agrícola (Lei 8.171). Com um capítulo especialmente dedicado à proteção ambiental, o texto obriga o proprietário rural a recompor sua propriedade com reserva florestal obrigatória.

1998 É publicada a Lei 9.605, que dispõe sobre crimes ambientais. A lei prevê sanções penais e administrativas para condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

2000 Surge a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9.985/00), que prevê mecanismos para a defesa dos ecossistemas naturais e de preservação dos recursos naturais neles contidos.

2001 É sancionado o Estatuto das Cidades (Lei 10.257), que dota o ente municipal de mecanismos visando permitir que seu desenvolvimento não ocorra em detrimento do meio ambiente. STJ. **Linha do tempo: um breve resumo da evolução da legislação ambiental no Brasil.** Disponível em:

Não é demais ressaltar que a Lei n.º 6.938 de 31 de agosto de 1981 é um dos primeiros grandes marcos da evolução da legislação ambiental brasileira, a qual caminhava a passos curtos até o seu advento, definindo, pela primeira vez, procedimentos indispensáveis para a efetiva proteção do meio ambiente.

Em seguida, foi editada a Lei da Ação Civil Pública, trazendo em seu bojo o meio ambiente como matéria de proteção, porquanto direito difuso e coletivo, fazendo com que os danos ambientais fossem objeto de tutela.

Não obstante não seja objeto deste capítulo adentrarmos na discussão internacional a respeito da evolução legislativa ambiental, não poderíamos deixar de fazer um parêntese e comentar a respeito da Conferência de Estocolmo, realizada no período de 05 a 16 de junho de 1972, na Suécia, da qual o Brasil também participou. A importância desta conferência reside no fato de ser a primeira reunião realizada no mundo a fim de se discutir as relações do homem com o meio ambiente, porquanto este já vinha dando sinais de que a degradação causaria transtornos futuros.

Contudo, não obstante as boas intenções, a reunião não atingiu o fim almejado, porquanto, devido ao entrevero ocorrido entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento, porquanto aqueles queria frear o processo de industrialização, sob o lema “desenvolvimento zero” enquanto que os países em desenvolvimento defendiam o “desenvolvimento a qualquer custo”, dentre eles o Brasil, o qual, a fim de explicitar o seu posicionamento, escreveu os seguintes dizeres em uma faixa: “Bem vindos à poluição, estamos abertos a ela. O Brasil é um país que não tem restrições, temos várias cidades que receberiam de braços abertos a sua poluição, porque nós queremos empregos, dólares para o nosso desenvolvimento”⁵.

Vislumbra-se que, à época, o país lutava para se desenvolver a qualquer preço, sendo certo que acaso isso ocasionasse algum dano ambiental, este seria pacificamente aceito, pois era entendido como um pequeno preço a se pagar ante o sonhado desenvolvimento econômico.

<WWW.stj.jus.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=97547>. Acesso em 12 maio 2012.

⁵ GODOY, Amalia Maria Goldberg. **A Conferência de Estocolmo - Evolução histórica 2**. Disponível em: http://amaliagodoy.blogspot.com.br/2007/09/desenvolvimento-sustentvel-evoluo_16.html. Acesso em: 30 maio 2012.

Ao final, apesar da importância da conferência, esta se finalizou sem que os países entrassem em consenso.

Voltando ao estudo da legislação ambiental no Brasil, não podemos nos olvidar de que a Carta Constitucional de 1988 dedicou um capítulo exclusivo ao meio ambiente, a saber Capítulo VI, do Título VIII, notadamente o artigo 225 da CF, tutelando-o, ainda, em outros artigos esparsos, de modo que o meio ambiente alcançou a categoria de bem amparado constitucionalmente e foi considerado um dos textos mais abrangente e contemporâneo do mundo, sendo certo que apesar de que tal tema será devidamente abordado no tópico vindouro, se faz necessário trazer a lume o comentário tecido por Édis Milaré a respeito, vejamos:

A dimensão conferida ao tema não se resume, a bem de ver, aos dispositivos concentrados especialmente no Capítulo VI do Título VIII, dirigido à Ordem Social; alcança da mesma forma inúmeros outros regramentos inserto ao longo do texto nos mais diversos Títulos e Capítulos, decorrentes do conteúdo multidisciplinar da matéria. A esse texto – tido como o mais avançado do Planeta em matéria ambiental, secundado pelas Cartas estaduais e Lei Orgânicas municipais – vieram somar-se novos e copiosos diplomas oriundos de todos os níveis do Poder Público e da hierarquia normativa, voltados à proteção do desfalcado patrimônio natural do país.⁶

Assim, é de se dizer que a nossa constituição foi considerada, perante o mundo, como a mais completa e individualizada norma legal de proteção ambiental até então publicada, sendo devidamente complementada pela legislação esparsa, atinente ao tema, conforme outrora elucidado.

O artigo 225, §3º da Constituição Federal se consubstanciava em uma norma penal em branco, porquanto pendia de regulamentação, a qual fora efetuada dez anos após a sua promulgação, pela Lei nº 9.605/98, que disciplina as punições nas searas penais e administrativas incidentes sobre as condutas prejudiciais ao meio ambiente, regulando institutos de extremo valor para a eficaz proteção do meio ambiente, notadamente o objeto deste trabalho, a saber, a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica e a sua responsabilização na seara criminal.

Tecidas estas breves explanações, abordemos, especificadamente, a tutela penal do meio ambiente realizado pela Constituição Federal de 1988.

⁶ MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente**: doutrina, jurisprudência, glossário. 3ª. ed. São Paulo: RT, 2004, p. 304.

1.1 Na Constituição Federal de 1988

A Constituição Federal de 1988 se tornou um marco na defesa dos direitos e interesses ambientais ao dispor sobre “a existência de um bem que não possui características de bem público e, muito menos, privado”⁷.

Aliás, é a primeira Constituição Brasileira a trazer a expressão “meio ambiente”, como forma de afirmação de um direito subjetivo de titularidade coletiva oponível *erga omnes*⁸.

O direito a um meio ambiente sadio foi consagrado como um direito fundamental do homem, definido na Constituição como um “bem de uso comum do povo”.

Como mencionado em linhas anteriores, a Carta Suprema dedicou um capítulo exclusivo à tutela do meio ambiente, capítulo VI do Título VIII, o qual versa a despeito da ordem social.

José Afonso aponta que o núcleo da questão ambiental se encontra no capítulo supra, contudo, para a sua escorreita interpretação, relata que se deve levar em consideração as normas de caráter implícito e explícito, atinentes ao meio ambiente, que foram disseminadas ao longo do texto constitucional.⁹

A respeito do núcleo ambiental, discorre que:

...o dispositivo compreende, esquematicamente falando, três conjuntos de normas. O primeiro acha-se no *caput*, onde se inscreve a *norma-princípio*, a *norma-matriz*, substancialmente reveladora do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. O segundo encontra-se no §1º, com seus incisos, que estatui sobre os *instrumentos de garantia da efetividade do direito enunciado no “caput” do artigo*. Mas não se trata de normas simplesmente processuais (...). São normas-instrumentos da eficácia do princípio, mas também são normas que outorgam direitos e impõem deveres relativamente ao setor ou ao recurso ambiental que lhes é objeto. Nelas se conferem ao Poder Público os princípios e instrumentos fundamentais de sua atuação para garantir o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. O terceiro, finalmente, caracteriza um conjunto de *determinações particulares*, em relação a *objetos e setores*, referidos nos §§2º a 6º, notadamente o §4º, do art. 225, nos quais a incidência do

⁷ FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 12ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 62.

⁸ MACHADO, Paulo Afonso Lema. **Direito Ambiental Brasileiro**. 18ª.ed. São Paulo: 2010, p. 129.

⁹ SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**. 9ª.ed. São Paulo: Malheiros, 2011, p. 48.

princípio contido no *caput* se revela de primordial exigência e urgência, dado que são elementos sensíveis que requerem imediata proteção e direta regulamentação constitucional, a fim de que sua utilização, necessária talvez ao progresso, se faça sem prejuízo ao meio ambiente.¹⁰

Assim, se constata que para José Afonso da Silva, o artigo 225 da Constituição revela três conjuntos de norma, uma, inserta no *caput* do artigo, institui a chamada norma-matriz que revela que todos possuem direito ao meio-ambiente ecologicamente equilibrado; a segunda encontra-se disposta no §1º e incisos, que trazem em seu bojo os mecanismos a ser utilizados para se garantir o direito fundamental exposto no *caput* do artigo e, finalmente, a terceira norma, afixada nos §§ 2º a 6º que versam sobre determinações particulares.

Depreende-se, assim, que no artigo 225, *caput*, estão contidas as regras diretas e a finalidade da proteção ambiental¹¹.

O renomado jurista Moacir Martini de Araújo ilustra essa peculiaridade do bem ambiental ao afirmar:

A natureza jurídica diferenciada do bem ambiental leva ainda a um pequeno reparo: não é o meio ambiente um direito de que se possa dispor na acepção da palavra. Trata-se de bem jurídico que, por ser dirigido a todos, conforme reza o próprio *caput* do art. 225 da Constituição Federal de 1988, deve ser meramente gozado por todos, não podendo ninguém, individual ou coletivamente, impedir este gozo, dele apropriando-se indevidamente, quer diretamente, impedindo que outros venham dele se beneficiar, quer indiretamente, por meio de degradação que prejudique as suas funções essenciais.¹²

Desta maneira, certo é que o direito ao meio ambiente não pode apenas ser interpretado como um direito social ou individual, pois a obrigação a ele imputada não é apenas dever jurídico do Estado, mas também do próprio particular que é seu titular.

Nesse raciocínio Cristiane Derani, esclarece que:

¹⁰ *Ibidem*, p. 54.

¹¹ Art. 225 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para às presentes e futuras gerações.

¹² ARAÚJO, Moacir Martini de. **Da Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica**-Responsabilização Criminal da Pessoa Jurídica de Direito Público em relação aos Crimes Ambientais. São Paulo: Quartier Latin, 2007. *Apud*. Rodrigo Ribeiro de Magalhães Alves. Monografia apresentada a Universidade de Brasília – UnB- Faculdade de Direito. Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica por Crimes Ambientais. Brasília – DF. 2009. P 11. Disponível em <http://www.fesmpdf.org.br/arquivos/Rodrigo_Ribeiro.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2012.

O texto de 1998 inova ao estabelecer uma justiça distributiva entre as gerações (ou redistribuição entre as gerações), visto que as gerações do presente não poderão utilizar o meio ambiente sem pensar no futuro das gerações posteriores, bem como na sua sadia qualidade de vida, intimamente ligada à preservação ambiental.¹³

Nossa Carta Magna ao estabelecer o meio ambiente como um direito fundamental de Terceira Geração¹⁴, ou seja, um direito da coletividade, buscou garantir às futuras gerações qualidade de vida, o que não significa somente sustentabilidade, mas também a conquista de uma sociedade consciente e protetora do meio ambiente, sustentado na vinculação de interesses público e privado, o qual deriva da noção de solidariedade em torno de um bem comum que só se concretiza com a cooperação de todos.

Frise-se que ao erigir a proteção ambiental à norma constitucional, o legislador constituinte efetuou uma nova projeção sobre o direito à sadia qualidade de vida, que passou a ser visto, também, sob o enfoque ambiental, ou seja, deve-se manter o ambiente dentro dos padrões aceitáveis, ou seja, ecologicamente equilibrado, para garantir a vida saudável do cidadão.

A partir da Constituição de 1988, houve um aprimoramento entre o desenvolvimento social e industrial¹⁵ com a utilização dos recursos naturais de forma a propiciar uma adequação entre os recursos ambientais e a qualidade de vida.

¹³ DERANI, Cristiane. **Direito Ambiental Econômico**. São Paulo: Max Limonad, 1997.

¹⁴ São considerados direitos de Primeira Geração os direitos individuais, ou seja, o direito de cada pessoa frente ao Estado. São os direitos civis e políticos, compreendidos nas liberdades, ou seja, intrínsecos ao ser humano e oponíveis ao Estado, tais como os direitos à vida, justiça, propriedade privada, crença, liberdade de pensamento, expressão, voto, segurança, etc. Já os direitos de Segunda Geração são os chamados direitos sociais, os quais correspondem aos direitos culturais, econômicos e sociais, que devem ser prestados pelo Estado através de políticas de justiça distributiva. Compreendem o direito ao trabalho, lazer, educação, à saúde, repouso, habitação, etc. Os direitos de Terceira Geração, por sua vez, são os direitos da coletividade. O Estado tem a obrigação de proteger a coletividade de pessoas e não o ser humano de forma isolada. Os principais são: meio ambiente, qualidade de vida, paz, autodeterminação dos povos, defesa do consumidor, da criança, do idoso. Os direitos de Quarta Geração são considerados os direitos das minorias, os novos direitos sociais decorrentes da evolução da sociedade e da globalização. Envolvem questões relacionadas ao direito à informação, à democracia direta biociência, clonagem, eutanásia, estudo de células tronco, ao pluralismo. Disponível em: <http://www.jurisite.com.br/doutrinas/Constitucional/doutconst16.html>. Acesso em: 20 maio 2012.

¹⁵ “Conforme o art. 1^a da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento das Nações Unidas, adotada pela Res. n. 41/128 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 04.12.86, o direito ao desenvolvimento é um direito inalienável de toda pessoa humana e de todos os povos, em virtude do qual estão habilitados a participar do desenvolvimento econômico, social, cultural e político, a ele contribuir e dele desfrutar, garantindo-se a plena realização dos direitos humanos e liberdades fundamentais”. LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 12^a ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 738.

Diante de tal situação o legislador buscou criar mecanismos capazes de oferecer aos diferentes usuários formas de dirimir os conflitos existentes dentro de uma perspectiva de utilização racional.¹⁶

Desta forma observa-se uma atribuição de responsabilidade pela preservação deste ambiente ao Estado enquanto Poder Público, assim como a toda coletividade como meio de preservação para as gerações presentes e futuras, ou seja, ao propor tal dispositivo o legislador declarou o meio ambiente como um direito de todos, mas também como um dever que cada cidadão tem de utilizar e preservar, a qual muitas vezes sente-se isento desta obrigação, atribuindo tal função exclusivamente ao Poder Público.

A Constituição Federal, ao instituir o meio ambiente a condição de bem jurídico e ainda estabelecer medidas eficazes a serem tomadas pelo Estado para assegurar a efetividade desse valor constitucional, atribui não só um mandamento, mas uma ordem revestida de força jurídica, que seu descumprimento gera mecanismo de coação de forma a garantir sua superioridade¹⁷.

Ao tratar da proteção e preservação ambiental, a Constituição da República acolheu a possibilidade de responsabilizar penalmente as pessoas jurídicas por crimes ambientais, estabelecendo que “as condutas e atividades lesivas ao Meio Ambiente, praticadas por pessoas físicas ou jurídicas, atribuindo a estas sanções penais e administrativas e, além disso, independentemente da obrigação de reparar o dano causado” (art. 225, §3º).¹⁸

Assim, vislumbra-se que a Carta Magna, através do legislador constituinte, deixou claro a possibilidade de imputar à pessoa coletiva, do mesmo modo que para a pessoa física, responsabilidades nas esferas administrativa, cível e penal, ou seja, diante da prática de um ilícito ambiental, de maneira inovadora, há a possibilidade

¹⁶ ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002, p. 63.

¹⁷BUGALHO, Nelson. p. 128 - O ambiente ecologicamente equilibrado é um valor constitucionalmente relevante, deduzido diretamente da Constituição Federal na condição de direito fundamental e inserido no *rol dos bens merecedores de tutela penal*.

¹⁸BUGALHO, Nelson. Delitos contra o patrimônio Florestal. p. 130, *apud*. Observa-se que apesar de o constituinte referir-se a condutas e atividades consideradas lesivas, rigorosamente toda conduta lesiva implica uma atividade, assim como toda atividade lesiva decorre de uma conduta. A redação inadequada da Constituição somente se justificaria com o único propósito de não deixar dúvida alguma de que as agressões ao ambiente deverão ser sancionadas (CF. BASTOS, Celso Ribeiro; MARTINS, Ivens Gandra da Silva. **Comentários à Constituição do Brasil...**, 2. Ed. atual. p. 997).

de a pessoa jurídica, responder na seara criminal pelo delito perpetrado, situação esta objeto de um capítulo própria diante de todas as peculiaridades que implicam.

O mesmo entendimento é dado em relação à punição de natureza criminal de entes jurídicos. Conforme menciona Paulo Affonso Leme Machado:

Nas últimas décadas, a poluição, o desmatamento intensivo, a caça e a pesca predatória não são mais praticados só em pequena escala. O crime ambiental é principalmente corporativo. A sanção do crime ambiental e a sanção da infração administrativa no tocante à pessoa jurídica guardam quase uma igualdade. A necessidade de se trazer para o processo penal a matéria ambiental reside principalmente nas garantias funcionais do aplicador da sanção. A possibilidade de serem responsabilizadas penalmente as pessoas jurídicas não irá desencadear uma frenética persecução penal contra as empresas criminosas. Tentar-se-á, contudo, impor um mínimo de corretivo, para que a nossa descendência possa encontrar um planeta habitável.¹⁹

Diante da amplitude dos crimes cometidos contra o meio ambiente, por entes corporativos, surgiu a necessidade de sanções penais, com cunho repressivo, mas de caráter preventivo, que diante da ineficácia das normas até então destinadas, trouxe garantias funcionais ao aplicador de direito. Tal ordenamento busca ampliar a consciência social, através da efetivação da legislação aplicável ao caso concreto.

Tal posicionamento necessitava de uma tutela ambiental eficaz, a qual só se alcançou através de uma Constituição detentora de normas específicas sobre o assunto, trazendo em seu bojo uma fase atual da legislação ambiental e da responsabilização da pessoa jurídica pela prática de atos atentatórios ao meio ambiente²⁰. Isso se verifica pela simples observação do artigo 173, §5º da Carta Política²¹.

Seguindo ainda a interpretação de Nura Jorge Silva Estevam,

¹⁹MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 12ª. ed. São Paulo: Método, pp. 662- 663.

²⁰NURA, Jorge Silva Estevam. **A Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica pela Prática de Crimes Ambientais e a Atuação do Ministério Público**. p. 5448. Disponível em <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/bh/nura_jorge_silva_estevam.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2012.

²¹ Art. 173 (omissis) §5º A lei, sem prejuízo da responsabilidade individual dos dirigentes da pessoa jurídica, estabelecerá a responsabilidade desta, sujeitando-a às punições compatíveis com sua natureza, nos atos praticados contra a ordem econômica, financeira e popular.

Quando da redação do artigo 173, §5º da Constituição Federal, o legislador, ao fazer referências sobre os “atos praticados contra a ordem econômica e popular” não limitou a natureza da responsabilidade, se civil, criminal ou administrativa, mas referiu-se à compatibilidade das punições com a natureza da pessoa jurídica e a forma sob a qual a responsabilidade deve ser instituída através de lei.

Quando usou a frase “sem prejuízo da responsabilidade individual de seus dirigentes”, foi para que se estabelecesse a independência e autonomia da responsabilidade da pessoa jurídica e a de seus dirigentes, não dando espaço argumento de que a responsabilidade criminal tem fim com a punição dos indivíduos. O artigo não fala de forma expressa que a pessoa jurídica é penalmente responsável, mas expressou que tal penalização poderá (ou seja, deverá) ser instituída, desde que as punições sejam compatíveis com sua natureza.²²

A responsabilidade da pessoa jurídica guarda relação com a conduta de seus dirigentes, no entanto, esta não descarta a responsabilização da empresa, uma vez que a responsabilidade de cada agente é independente, podendo ocorrer de forma concomitante.

Além do que, o preceito constitucional conferiu a sociedade um comportamento ativo na proteção dos bens ambientais, de forma a contribuir com o Estado a obtenção da justiça social.

A Constituição da República ao reconhecer um capítulo voltado para o meio ambiente, o qual atualmente é um dos mais importantes, tratou de questões atuais e futuras, uma vez que a qualidade do meio ambiente não envolve somente o lugar em que vivemos, mas nosso ambiente de trabalho, de lazer e os demais em que nos relacionamos dia a dia²³.

Por isso se faz de grande relevância seu aspecto preservacionista, com, medidas repressivas. O que a partir do momento em que o texto constitucional procurou proteger o meio ambiente, tratando-o como bem de uso comum do povo, tem-se que às normas constitucionais deve ser sempre no sentido da preservação ambiental.

Édis Milaré, a respeito do tema, é taxativo ao dizer:

²²NURA, Jorge Silva Estevam. **A Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica pela Prática de Crimes Ambientais e a Atuação do Ministério Público**. p. 5448. - Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/bh/nura_jorge_silva_estevam.pdf>. Acesso em: 20 maio 2012.

²³ “O meio ambiente pode ser *satisfatório* e *atrativo*, e permitir o desenvolvimento individual, ou pode ser *nocivo*, *irritante* e *atrofiante*” – adverte Harvey S. Perloff, citado por MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Constitucional**. p. 24

Na verdade, o Texto Supremo captou com indisputável oportunidade o que está na alma nacional – a consciência de que é preciso aprender a conviver harmoniosamente com a natureza -, traduzindo em vários dispositivos aquilo que pode ser considerado um dos sistemas mais abrangentes e atuais do mundo sobre a tutela do meio ambiente.²⁴

Depreende que o direito ambiental é uma disciplina relativamente jovem no direito brasileiro, o qual traz consigo tanto normas pertencentes a outros ramos do direito, quanto, normas criadas originariamente pelo legislador, que devido à amplitude que vem tomando, não se pode mais falar em um direito autônomo, mas sim em um direito multifacetário. Que só recentemente obteve autonomia com base na legislação vigente e, em especial através da Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981.²⁵

1.2 Lei de Crimes Ambientais

Para Silvio Maciel²⁶, entre todas as medidas implementadas pelo poder constituinte está a proteção penal ao meio ambiente, a qual, em referência aos dizeres do ilustre jurista Luiz Regis Prado, teria instituído um “mandato expresse de criminalização” dos atos nocivos ao ecossistema.

Neste contexto, Maciel expressa que a Carta Maior,

... não se limita simplesmente a fazer uma declaração formal de tutela do meio ambiente, mas, na esteira da melhor doutrina e legislação internacionais, estabelece a imposição de medidas coercitivas aos transgressores do mandamento constitucional. Assinala-se a necessidade de proteção jurídico-penal, com a obrigação ou *mandato expresse de criminalização*. Com tal previsão, a Carta Brasileira afastou, acertadamente, qualquer eventual *dúvida* quanto à indispensabilidade de uma proteção penal do ambiente. Reconhecem-se a existência e a relevância do ambiente para o homem e sua autonomia como bem jurídico, devendo, para tanto o ordenamento jurídico lançar mão inclusive da pena, ainda que em *ultima ratio*, para garanti-lo.²⁷

²⁴ MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente**. 5ª.ed. São Paulo: RT, 2007, p. 145.

²⁵ SIRVINSKAS. Luís Paulo. p. 96.

²⁶ GOMES, Luiz Flávio e CUNHA, Rogério Sanches (coord.). **Legislação criminal especial**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009, p. 682.

²⁷ **Idem**.

Depreende-se que a Carta Política não se cinge a expressar direitos e garantias fundamentais em relação ao meio ambiente, mas inova no ordenamento pátrio estipulando medidas coercitivas de natureza penal aos que desrespeitarem a norma mandamental, a fim de proteger de forma eficaz o bem jurídico tutelado, e, ainda, para que até mesmo a norma constitucional, no que atine ao direito ambiental, se concretizasse.

Desta maneira, quando o legislador constituinte inseriu no parágrafo terceiro do artigo 225 da Magna Carta que “as condutas e atividades lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas e ou jurídicas, a sanções penais”, buscou esclarecer que o meio ambiente é um bem jurídico de extrema valia, por isso deve ser tutelado, também, na esfera criminal.

Não obstante, por quase uma década a legislação penal ambiental permaneceu disseminada em incontáveis leis esparsas, situação esta que, de certo modo, causava insegurança jurídica aos cidadãos, mas isso somente até a regulação da determinação constitucional expressa nos artigos 225, §3º e 173, §3º da Lei Maior, ou seja, com a promulgação da Lei n.º 9.605 de 12 de fevereiro de 1998, a qual sistematizou, em praticamente um único texto, a maioria das infrações penais ambientais.

O intuito da lei era disciplinar as sanções administrativas, unificando os valores das multas, contudo, após intensa discussão no Congresso Nacional, entendeu-se por bem consolidar a legislação penal ambiental em um único texto e, hoje, a lei versa sobre os crimes perpetrados contra o meio ambiente, o mesmo em relação às infrações administrativas, além de dispor, sobre o procedimento e inovando ao erigir a figura de crime os delitos perpetrados contra o meio ambiente que, antes do seu advento eram renegados a meras contravenções penais, ou seja, crimes de menor potencial ofensivo.

Não podemos deixar de salientar, que a Lei n.º. 9.605/1998 tem como um dos seus principais objetivos a reparação do dano ambiental, sempre que admissível e, não o sendo, procura-se que o infrator da norma compense o dano causado.

Tal objetivo se verifica com maior clareza em casos de transação penal ambiental, a qual possui peculiaridades próprias, especialmente porque a Lei correlata somente admite que tal instituto tenha incidência após a efetiva

composição do dano ambiental, conforme se depreende do artigo 27 da norma em comento.

Do mesmo modo e, com o mesmo escopo, esta o *sursi* processual e a extinção da punibilidade, as quais possuem como *conditio sine qua non*²⁸ a comprovação da reparação do dano causado ou, não sendo possível, a demonstração da impossibilidade de fazê-lo.

Logo, as normas de reparação do dano ambiental sempre devem ser tidas sob dois enfoques: como medidas repressiva e preventiva.

Paulo Affonso Leme Machado destaca que, entre as inovações da Lei de Crimes Ambientais, também se sobressai “a não utilização do encarceramento como norma geral para as pessoas físicas criminosas, a responsabilização penal das pessoas jurídicas e a valorização da intervenção da Administração Pública”.²⁹

A Lei se encontra dividida em oito capítulos, que abordam os seguintes temas: disposições gerais, que versam sobre as infrações ambientais; aplicação da pena; apreensão do produto e do instrumento de infração administrativa ou de crime; ação e processo penal; crimes contra o meio ambiente; infração administrativa; cooperação internacional para a preservação do meio ambiente e disposições finais.

No que atine as críticas tecidas em relação à Lei de Crimes Ambientais, desde já necessário se faz consignar que, sob praticamente todos os enfoques, são as mais intrépidas e abarcam desde o *quantum* das penas cominadas, que seriam incoerentes à tipificação penal que, por vezes, causariam menor impacto ambiental em relação a outras e possuem punições mais severas, desproporcionais, não havendo coerência entre o delito e a pena, até a confusão gerada pela lei ao dispor sobre matéria penal, administrativa e cível, de modo que a denominação que lhe fora conferida, a saber, “Lei dos Crimes Ambientais”, seria excessivamente equivocada³⁰.

²⁸No Direito Penal, *conditio sine qua non*, é a condição sem a qual não existe o crime. É visto no estudo do nexos de causalidade, sendo uma forma de resolvê-lo. Não havendo o *conditio sine qua non*, não há nexos de causalidade, e nem há crime, como diz o Art. 13 do CP: “o resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido.”

²⁹MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito ambiental brasileiro. 12. Ed. pp. 737-738.

³⁰GOMES, Luiz Flávio e CUNHA, Rogério Sanches (coord.). **Legislação criminal especial**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009, p. 682.

Prosseguindo, também se aponta falha na redação dos artigos que, em certas situações, por serem demasiadamente abrangentes, acabam remetendo o seu intérprete às normas penais em branco³¹.

De qualquer forma, ainda que com as limitações mencionadas, a Lei de Crimes Ambientais tem se demonstrado um importante instrumento de tutela do meio ambiente, porquanto dela se pode valer sempre que as outras sanções (civis e administrativas) restarem inócuas.

Nesse sentido, Vladimir Passos de Freitas, aponta que:

...a repressão à conduta transgressora deve ser feita pela via administrativa, onde as sanções seriam mais eficientes e aplicadas com maior brevidade, ou pela via civil, onde a reparação pode ser completa. Ao Direito Penal deveria ficar reservado o que for mais grave e nocivo à sociedade.³²

De outro viés, no que atine a desconsideração da pessoa jurídica, tema também disciplinado pela Lei de Crimes Ambientais, o qual terá um capítulo exclusivo para fins de abordagem de suas peculiaridades e também dos mais diversos posicionamentos doutrinário e jurisprudencial, incumbe, no momento, apenas frisar que é um tema demasiadamente controvertido, havendo corrente que entende que tal matéria não foi disciplinada pela Constituição Federal, de modo que a pessoa jurídica seria penalmente incapaz, outra que versa sobre a inexistência da culpabilidade nos atos da pessoa jurídica e, ainda, uma que aceita o cometimento de crimes pelo ente.

Tecidas estas breves considerações, as quais serão, em parte, aprofundadas nos capítulos que estão por vir, necessário se faz a elucidação do que se entende por dano ambiental.

1.2.1 Dano Ambiental

De pronto, impende consignar que para o devido aprofundamento no estudo da responsabilidade ambiental, não poderíamos deixar de esclarecer o que se

³¹ São aquelas que necessitam de complementação, para a sua aplicabilidade, de outra norma legal.

³² SILVA, Leticia Borges da e OLIVEIRA, Paulo Celso de (Coords.). **Socioambientalismo: Uma realidade – Homenagem a Carlos Frederico Marés de Souza Filho**. Curitiba: Juruá, 2007, p. 246.

entende por dano, fazendo, desta feita, uma rápida incursão sobre o seu conceito jurídico.

Contudo, antes de associarmos o dano ao dano ambiental propriamente dito, necessário uma conceituação isolada, para melhor compreensão do tema. Tal ato é de suma importância, haja vista que, como discorrido em linhas anteriores, a Lei de Crimes Ambientais, em diversos dos seus institutos, determina a reparação do dano causado, de modo que somente há que se falar em responsabilidade, se possível à aferição deste dano, em todos os seus aspectos.³³

Desta feita, não é preciso tecer inúmeras divagações a respeito, porquanto a expressão dano é auto explicativa, se tratando, como a própria nomenclatura sugere, de todo e qualquer prejuízo causado a uma pessoa por outra, seja de forma comissiva ou omissiva, vendo-se, aquela, obrigada a efetuar o ressarcimento do prejuízo causado.

Bessa ainda menciona que o “dano implica em alteração de uma situação jurídica, material ou moral, cuja titularidade não possa ser atribuída àquele que, voluntária ou involuntariamente, tenha dado origem a mencionada *alteração*”³⁴, e prossegue elucidando que para que a doutrina considere que o ato ocorrido seja um dano, mister o atendimento aos requisitos que seguem: certeza, atualidade e subsistência³⁵.

Contudo, desde já vale frisar que os requisitos utilizados supra para a definição do dano *lato sensu*, não é utilizado para fins de conceituação do dano ambiental, visto que este é considerado a avaria, o prejuízo causado ao próprio meio ambiente.

Já o termo “meio ambiente”, empregado pela Constituição Federal, é apontado por diversos pensadores como inapropriado, porquanto consistiria em uma nomenclatura ambígua, visto que tanto “meio” como “ambiente” seriam, de alguma forma, expressões sinônimas, de modo que apontam, como a terminologia mais escurreita, apenas o emprego da palavra “ambiente”.

³³ ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002, p. 199.

³⁴ **Idem**. Destaque no texto original.

³⁵ **Id.**

Sem embargo das críticas tecidas à expressão empregada no texto constitucional, se aceita, sem maiores prejuízos linguísticos, a nomenclatura nele utilizada.

Prosseguindo, ao dissecarmos a etimologia da palavra, depreende-se que o termo “ambiente” tem origem latina no termo *ambiens, entis*, que significa “que rodeia”³⁶, como também “meio em que vivemos”.

Daí decorre o conceito extrajurídico do que seria o meio ambiente, o qual, de acordo com as ciências biológicas, é o “conjunto de condições que envolvem e sustentam os seres vivos na biosfera, como um todo ou em parte desta, abrangendo elementos do clima, do solo, da água e de organismos”³⁷.

Já a conceituação jurídica, podemos extraí-la da Lei nº. 6.938/81, que trata da Política Nacional do Meio Ambiente e dispõe, em seu artigo 3º, que meio ambiente: “É o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permitem, abrigam e regem a vida em todas as suas formas”.³⁸

O conceito de meio ambiente, segundo a Lei supra, é dado de forma ampla, englobando todas as características necessárias para que ocorra influência mútua entre sociedade, flora e fauna, de forma a solidificar o meio ambiente e sua legislação.

Sem prejuízo das mais diversas definições doutrinárias, neste estudo será empregada a conferida por Bessa, para quem o meio ambiente,

...é um bem jurídico autônomo e unitário, que não se confunde com os diversos bens jurídicos que o integram. O bem jurídico meio ambiente não é um simples somatória da flora e fauna, de recursos hídricos e recursos minerais. O bem jurídico ambiente resulta da supressão de todos os componentes que, isoladamente, podem ser identificados, tais como floresta, animais, ar etc. (...) Meio ambiente é, portanto, uma *res communes omnium*. Uma coisa comum a todos, que pode ser composta por bens pertencentes ao domínio público ou ao domínio privado.³⁹

³⁶ Paulo Affonso, citando José Cretella Júnior e Geraldo de Ulhôa Citra, **Dicionário Latino-Português**. p. 52.

³⁷ BUGALHO, Nelson. Citando ART, Henry W. *et alii*. **Dicionário de ecologia**. 2.ed. p. 22.

³⁸ MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. 12. ed. p. 55.

³⁹ ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002, pp. 200-201.

Explicitado sobre o que se entende acerca de dano ambiental, passemos ao estudo da responsabilidade civil, administrativa e penal pela prática do referido dano.

CAPÍTULO II – RESPONSABILIDADE POR DANOS AMBIENTAIS

2. Responsabilidade

A expressão responsabilidade forma-se através dos termos *responsum*, derivado do latim, *respondere*, conferindo na significação de responsabilizar-se, vir garantido, assegurar, assumir o pagamento do que se obrigou ou do ato que praticou⁴⁰.

No sentido amplo, responsabilidade revela a obrigação de responder por alguma coisa, quer seja um dever jurídico, em relação à pessoa, em razão de um contrato ou em face de fato ou omissão, atribuídos a esta, para o adimplemento da prestação contratada ou para suportar as sanções legais que lhes são impostas⁴¹.

Desse modo, não é demais dizer que toda a atividade que acarreta prejuízo gera responsabilidade ou dever de indenizar⁴².

A partir deste entendimento, responsabilidade expressa à qualidade de ser responsável, atribuindo a condição de responder, podendo ser empregado em todas as circunstâncias indicadoras de uma obrigação, encargo, dever, ou seja, a imposição de ser feita ou cumprida alguma coisa por alguém.⁴³

Para Silvio de Salvo Venosa “o termo responsabilidade é utilizado em qualquer situação na qual alguma pessoa, natural ou jurídica, deva arcar com as consequências de um ato, fato, ou negócio danoso”.⁴⁴

Nesse ponto, definido o conceito de responsabilidade, não podemos deixar de salientar que a Constituição Federal não se olvidou de tratar a respeito deste tema na seara ambiental, porquanto, como já discorrido em linhas anteriores, o artigo 225, §3º da Carta Magna de 1988, apresenta, de maneira bastante clara, que: “as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos.”

⁴⁰ SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico**. Editora Forense, Rio de Janeiro, 2007, p. 1222.

⁴¹ *Ibidem*, p. 1222.

⁴² VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil: responsabilidade civil**. v.4.10. ed. São Paulo: Atlas, 2010, p.

1.

⁴³ SILVA, op. cit., p. 1222.

⁴⁴ VENOSA, op. cit., p. 1.

Logo, vislumbra-se que tanto as pessoas físicas como as pessoas jurídicas, segundo a dicção do texto constitucional, podem ser responsabilizadas pelo dano causado ao meio ambiente, bem como que esta responsabilização pode se dar tanto na seara penal, como administrativa e civil, situação que será abordada nas próximas linhas, de forma breve, porquanto não guardam relação direta com o estudo.

2.1. Responsabilidade subjetiva

A responsabilidade civil subjetiva é aquela advinda dos contratos chamados de Responsabilidade Aquiliana, os quais surgem do dever de indenizar o prejuízo causado por ação voluntária, descumprimento de uma obrigação ou contrato.

Na responsabilidade subjetiva, também denominada responsabilidade com culpa, a conduta tem que guardar relação com a ação ou omissão voluntária, nexos causal, dano e, finalmente, a culpa.⁴⁵

Nos respeitáveis dizeres do eminente doutrinador Silvio Venosa “em princípio, toda atividade que acarreta prejuízo gera responsabilidade ou dever de indenizar”,⁴⁶ uma vez que os princípios que fundamentam a responsabilidade civil buscam restabelecer o equilíbrio patrimonial e moral. O desequilíbrio é gerado por um ato ilícito do causador do dano⁴⁷, seja por imprudência, imperícia e negligência⁴⁸.

Revela-se, assim, a responsabilidade subjetiva, pela ofensa ou violação de direito, que redundando em dano ou prejuízo a outrem. Pode ter como causa a própria ação ou ato ilícito, como, também, o fato ilícito causado por outrem, por quem, em virtude de regra legal, se responde ou se é responsável.

⁴⁵ **Ibidem**, p. 6.

⁴⁶ **Ibidem**, p.1.

⁴⁷ **Ibidem**, p. 2. “Os danos que devem ser reparados são aqueles de índole jurídica, embora possam ter conteúdo também de cunho moral, religioso, social, ético, etc., somente merecendo a reparação do dano as transgressões dentro dos princípios obrigacionais”.

⁴⁸ Como revela o artigo 186 do Código Civil: “Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.”

Deste modo, a teoria da responsabilidade subjetiva nasce como pressuposto da obrigação de indenizar, ou de reparar o dano, a conduta culposa do agente, ou somente a sua culpa⁴⁹.

Ressalta-se que a finalidade da responsabilidade civil por dano ambiental é, em primeiro lugar, tentar estabelecer o *status quo ante* e, somente quando essa recuperação revelar-se inviável é que se deve recorrer unicamente à indenização⁵⁰.

No presente ensinamento deve-se demonstrar se o agente tinha a intenção de praticar o ato danoso ou, ainda, se sua conduta foi imprudente, negligente ou imperita⁵¹. Tal comprovação somente é dispensável quando a lei expressamente presumir a culpa do agente, ainda que for fato de terceiro, caso o agente não seja identificado, a vítima suportará o prejuízo.

Logo, em se tratando de responsabilidade subjetiva, compete a vítima provar a culpa do causador do dano, vez que esta não se presume, cabendo, assim, aquele que reivindica a reparação do dano demonstrar a existência do fato e que a ação do causador deste se deu a título de culpa, para que somente então possa ser ressarcido.

Nesse raciocínio, de modo esclarecedor, assinala Silvio Venosa:

No vasto campo da responsabilidade civil, o que interessa saber é identificar aquela conduta que reflete na obrigação de indenizar. Nesse âmbito, uma pessoa é responsável quando suscetível de ser sancionada, independentemente de ter cometido pessoalmente um ato antijurídico. Nesse sentido a responsabilidade pode ser direta, se diz respeito ao próprio causador do dano, ou indireta, quando se refere a terceiro, o qual, de uma

⁴⁹VENOSA, p. 5. “Na realidade, o que se avalia geralmente em matéria de responsabilidade é uma conduta do agente, qual seja, um encadeamento ou série de atos ou fatos, o que não impede que um único ato gere por si o dever de indenizar”.

⁵⁰ **Ibidem**, p. 247/248.

⁵¹ Negligência, também conhecida como desatenção ou falta de cuidado ao exercer certo ato (necessidade de todo o indivíduo ser prudente), consiste na ausência de necessária diligência, implicando em omissão ou inobservância de dever, ou seja, aquele de agir de forma diligente, prudente, agir com o devido cuidado exigido pela situação em tese. Já a imprudência, ou melhor, imprevidência, tem a ver com algo mais que mera falta de atenção (...) age de forma imprudente aquele que sabedor do grau de risco envolvido, mesmo assim acredita que seja possível a realização do ato sem prejuízo para qualquer um; age, assim, além da justa medida de prudência que o momento requer, excede os limites do bom senso e da justiça dos seus próprios atos. Com relação à imperícia, requer-se do agente a falta de técnica ou de conhecimento (erro ou engano na execução, ou mesmo consecução do ato), de outra forma, tem-se uma omissão daquilo que o agente não deveria desprezar, pois consiste em sua função, seu ofício exigindo dele perícia – uso de técnica que lhe é própria ou exigível até mesmo pelo seu mister. *In* TROVÃO, Antônio de Jesus. **Uma breve análise acerca da sintaxe do Título III do Livro III, do Código Civil vigente: Do dano**. Disponível em: <http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=639>. Acesso em: 21 maio 2012.

forma ou de outra no ordenamento, está ligado ao ofensor. Se não puder ser identificado o agente que responde pelo dano, este ficará irresarcido; a vítima suportará o prejuízo.⁵²

Verifica-se deste modo, que para a caracterização do dever de reparação ou indenização do dano ou do ato ilícito, faz-se necessário a ação ou omissão do sujeito ativo, a vítima como sujeito passivo e a existência de um dano sofrido por esta, bem como o nexo de causalidade entre o causador do dano e a vítima, desde que determinado a título de culpa ou dolo do agente⁵³.

Como já salientado acima, a culpa civil não se limita ao ato ou conduta proposital do agente, mas àqueles atos ou condutas evitados de negligência (aqui o agente não age com a atenção devida em determinada conduta), imprudência (o agente age de forma descuidada, sem prever as consequências) ou imperícia (é o agente que não aptidão para determinadas tarefas).

Percebemos então que a responsabilidade subjetiva prioriza o dano, o prejuízo, o desequilíbrio patrimonial, que deve ser restabelecido através da indenização.

Enfim, a teoria subjetiva tem na culpa seu fundamento básico, só havendo a culpa caso resulte um prejuízo. Entretanto, essa teoria não responsabiliza aquele que procedeu de forma inidônea, mesmo que sua conduta seja desfavorável, argui-se a responsabilidade do autor quando existe culpa, dano e nexo causal.

2.2. Responsabilidade Objetiva

O desenvolvimento industrial é um dos fatores resultantes da degradação do meio ambiente, o qual, muitas vezes, é de difícil reparação e, pela responsabilidade civil clássica, se tornaria muito difícil à produção de prova e a imputação subjetiva do fato ao lesante, a título de culpa, o que acabou acarretando o surgimento da responsabilidade objetiva.

⁵² **Ibidem**, p. 5.

⁵³ **Ibidem**, p. 4.

Nesse sentido, importante trazer a baila o entendimento do Tribunal Regional Federal da 3ª Região:

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANO CAUSADO AO MEIO AMBIENTE. INDENIZAÇÃO DEVIDA. CONDENAÇÃO QUE OBSERVOU OS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE.

1. O direito ambiental encontra princípios específicos, adotados pelo art. 225 e seus parágrafos da Constituição. Tais princípios são também adotados por legislação específica, especialmente a Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981. 2. Entre estes princípios está o do "poluidor-pagador", conforme o § 3º do art. 225 da Constituição, no sentido de que o causador de danos ao meio ambiente ficará sujeito a sanções penais e administrativas, sem prejuízo da obrigação de reparar os danos causados. 3. O § 1º do art. 14 da Lei 6.938/81 estabelece a "responsabilidade objetiva" do causador de danos ao meio ambiente. Portanto, a apuração da responsabilidade do poluidor independe de culpa, bastando que se comprove o nexo entre sua conduta e o prejuízo ambiental. 4. É fato incontroverso que a apelante provou danos ao meio ambiente, sujeitando-se ao pagamento de indenização. (...) TRF3 - APELAÇÃO CÍVEL. Processo: AC 7643 SP 2005.03.99.007643-6 Relator (a): JUIZ CONVOCADO RUBENS CALIXTO Julgamento: 13/01/2011. Órgão Julgador: - TERCEIRA TURMA⁵⁴ (grifo nosso).

Tal entendimento surgiu com a preocupação de resolver as questões ambientais, que já não mais alcançavam os efeitos esperados com a aplicação da teoria da culpa, (a qual enseja o dano individual sofrido, e, em se tratando de meio ambiente este direito é difuso, ou seja, atinge uma pluralidade de vítimas) ao dano ocasionado, o que fez com que a doutrina, a jurisprudência e o legislador percebessem que as regras clássicas de responsabilidade, existentes na legislação civil, não protegiam de forma efetiva as vítimas de dano ambiental.⁵⁵

Destarte, em se tratando de responsabilização civil por dano ambiental, esta será sempre aferida pelo critério objetivo, resultando na teoria do risco criado, a qual emprega um aspecto mais significativo ao ato causador do dano, como forma de evitá-lo, independentemente da existência concreta de um ato ilícito.

Corroborando o mesmo entendimento, o saudoso jurista Silvio Venosa pontifica que "na responsabilidade objetiva, como regra geral, leva-se em conta o

⁵⁴ Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Disponível em: <http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=26&acao=consulta>. Acesso em: 10 abr. 2012.

⁵⁵ MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente**: a gestão ambiental em foco – doutrina, jurisprudência, glossário 7ª.ed. São Paulo: RT, 2011, p. 1248.

dano, em detrimento do dolo ou da culpa. Desse modo, para o dever de indenizar, bastam o dano e o nexo causal, prescindindo-se da prova da culpa”.⁵⁶

Desta maneira, a lei impõe o emprego da teoria da responsabilidade objetiva⁵⁷, em certos casos onde a reparação do dano precisará ocorrer independentemente da existência do elemento anímico culpa, por parte de seu causador, bastando que ocorra a avaria e haja nexo de causalidade entre esta e a ação lesiva.

Segundo o entendimento de Maria Helena Diniz, a responsabilidade objetiva está fundada na teoria do risco. Para esta teoria, toda pessoa que exerce alguma atividade cria um risco de dano para terceiros. Desta forma, o agente que causar prejuízo, ainda que a sua conduta seja isenta de culpa, deverá ressarcir o estrago causado, pois sua responsabilidade é imposta por lei.⁵⁸

Para Paulo Affonso Leme Machado:

A responsabilidade objetiva ambiental significa que quem danificar o ambiente tem o dever jurídico de repará-lo. Presente, pois, o binômico dano/reparação. Não se pergunta a razão da degradação para que haja o dever de indenizar e/ou reparar. A responsabilidade sem culpa tem incidência na indenização ou na reparação dos “danos causados ao meio ambiente e aos terceiros afetados por sua atividade” (art. 14,§1º, da Lei 6.938/81). Não interessa que tipo de obra ou atividade seja exercida pelo que degrada, pois não há necessidade de que ela apresente risco ou seja perigosa. Procura-se quem foi atingido e, se for o meio ambiente e o homem, inicia-se o processo lógico-jurídico da imputação civil objetiva ambiental. Só depois é que se entrará na fase do estabelecimento do nexo de causalidade entre a ação ou omissão e o dano⁵⁹.

Logo, na responsabilidade objetiva não influi se a atitude culposa ou dolosa do agente causador do dano seja de pouca relevância, pois, desde que exista

⁵⁶VENOSA, 2010, p. 18.

⁵⁷ “A teoria objetiva foi adotada nas relações de consumo, em que, independentemente da culpa do fornecedor de produtos ou de serviços, exsurge sua responsabilidade pela reparação integral dos danos materiais e morais acarretados ao consumidor em razão de defeito no produto ou na prestação do serviço e, ainda, de insuficiente ou inadequada informação sobre sua utilização ou fruição e riscos (Código do Consumidor – Lei n. 8.078/90, arts. 12 e 14)”. MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil: direito das obrigações: 2º parte: dos contratos em geral, das várias espécies de contrato, dos atos unilaterais, da responsabilidade civil.** 35ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2007, V. 5. p. 513.

⁵⁸ DINIZ, op. cit, p. 50.

⁵⁹ MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental brasileiro.** 18ª.ed. São Paulo: Método, 2010, p. 361.

relação de causalidade entre o dano experimentado pela vítima e o ato do agente, surgirá o dever de indenizar⁶⁰.

Portanto, como se não se deve levar em consideração a culpabilidade, ainda que não se confunda a culpa presumida⁶¹ com a responsabilidade objetiva, tal responsabilidade só será cabível em casos expressamente previstos em lei e fundamenta-se na atividade exercida pelo agente que crie risco de dano á terceiros.⁶²

Guisa, ainda, frisar, que o perigo deve resultar da atividade do causador do dano e não da conduta do agente, a qual é justificada tanto sob o prisma do risco como sob o do dano (CC art. 927, parágrafo único).⁶³

Nesse sentido:

Art. 927 (...)

Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem. (grifo nosso).

Da leitura do artigo 927 do Código Civil, o qual trata da responsabilidade objetiva direta e indireta, vislumbra-se que ao dispor: “independentemente de culpa, nos casos especificados em lei”, trata da responsabilidade objetiva direta, a qual resulta de ato ilícito ou de fato jurídico, quando alguém age lícitamente, e mesmo assim, tem o dever de indenizar.

Neste caso, a lei deve dizer, categoricamente, que o agente deve indenizar independentemente de culpa, que é o caso dos danos ambientais (art. 14, lei 6938/81).

Já ao abordar que se “a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem”, está tratando da

⁶⁰DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**: teoria geral do direito civil. 25.ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 50.

⁶¹ Culpa presumida não se confunde com responsabilidade objetiva. Na culpa presumida a culpa é imprescindível para a responsabilização, Ex. art. 936, Código Civil – que trata da responsabilidade por fato de animal. Aqui se presume a culpa do dono do animal que venha a causar danos a terceiro, desde que não se comprove a culpa do dono, não poderá este ser responsabilizado.

⁶²DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**: teoria geral do direito civil. 25.ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 50.

⁶³ **Ibidem**, p. 51.

responsabilidade indireta, a qual atribui ao indivíduo que pratica atividades perigosas o dever de indenizar, pois, sua atividade poderá acarretar danos à terceiro, de forma a justificar o dever de reparar.

Consubstanciando neste entendimento, temos a teoria do risco, de forma a justificar a aplicação da responsabilidade objetiva por danos à biodiversidade.

A responsabilidade fundada no risco, desloca-se da noção de culpa para a ideia de risco, ora encarada como 'risco-proveito', que se funda no princípio segundo o qual é reparável o dano causado a outrem em consequência de uma atividade realizada em benefício do responsável, sem que haja qualquer questionamento sobre o comportamento do lesante, isto é, se houve nexos causal entre o dano e a conduta do agente.⁶⁴

Washington de Barros Monteiro, de forma a fortalecer tal entendimento, ressalta que a teoria que melhor explica a responsabilidade objetiva é a do risco criado:

... pela qual o dever de reparar o dano surge da atividade normalmente exercida pelo agente que cria risco a direitos ou interesses alheios. Nessa teoria não se cogita de proveito ou vantagem para aquele que exerce a atividade em si mesma, que é potencialmente geradora de risco a terceiros."⁶⁵

Conclui-se que a teoria do risco, evidencia que todo prejuízo é causado devido ao exercício de uma atividade, independentemente de se cogitar da ideia de culpa. Pode o agente estar sujeito a reparar o dano, quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

Um exemplo a ser dado é o da responsabilidade das Usinas Nucleares (art. 4º, da Lei 6.453/77)⁶⁶, por força de lei especial, é sempre objetiva pois essa

⁶⁴ **Idem.**

⁶⁵ MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil: direito das obrigações.** 2º parte: dos contratos em geral, das várias espécies de contrato, dos atos unilaterais, da responsabilidade civil. p. 510.

⁶⁶ Lei 6.453/77 - Dispõe sobre a responsabilidade civil por danos nucleares e a responsabilidade criminal por atos relacionados com atividades nucleares – Art . 4º - Será exclusiva do operador da instalação nuclear, nos termos desta Lei, independentemente da existência de culpa, a responsabilidade civil pela reparação de dano nuclear causado por acidente nuclear.

atividade, por si só, é perigosa. O simples fato de se produzir energia nuclear já coloca em risco toda a população.

O Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 263383/PR⁶⁷, a respeito do tema, já se posicionou no seguinte sentido:

Administrativo e Processo Civil. Reserva Florestal. Novo Proprietário. Responsabilidade Objetiva. 1 A responsabilidade por eventual dano ambiental ocorrido em reserva florestal legal é objetiva, devendo o proprietário das terras onde se situa tal faixa territorial, ao tempo em que conclamado para cumprir obrigação de reparação ambiental e restauração da cobertura vegetal, responder por ela. 2 A reserva legal que compõe parte de terras de domínio privado constitui verdadeira restrição do direito de propriedade. Assim, a aquisição da propriedade rural sem a delimitação da reserva legal não exime o novo adquirente da obrigação de recompor tal reserva. 3 Recurso especial conhecido e não provido. (REsp 263383 / PR 2000/0059400-8, 2ª Turma, Min. Rel. João Otávio de Noronha, 16.06.2005). (grifo nosso).

Nessa mesma senda, mister se faz trazer á colação a judicosa ementa do Tribunal de Justiça de Minas Gerais:

AÇÃO CIVIL PÚBLICA AMBIENTAL - PROPRIEDADE RURAL - ÁREA DEGRADADA - OBRIGAÇÃO 'PROPTER REM' - RESPONSABILIDADE DO ADQUIRENTE - SENTENÇA MANTIDA. 1- A responsabilidade civil por dano ambiental é objetiva, bastando que se prove o dano e o nexa deste com a conduta ilícita, consoante à legislação pátria. 2- A preservação do meio ambiente é obrigação 'propterrem'⁶⁸, de sorte que sua conservação ou reparação transfere-se ao adquirente do imóvel, independente de não ter sido o autor do dano. APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.0508.06.0 01370-5/001 - COMARCA DE PIRANGA - APELANTE(S): ANTONIO DE OLIVEIRA FORTUNATO – APELADO (A)(S): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADO MINAS GERAIS - RELATOR: EXMO. SR. DES. MAURÍCIO BARROS.⁶⁹

Já é sabido que a responsabilidade por danos ambientais é objetiva, ao tratar da obrigação *propter rem*, temos que esta é transmitida automaticamente ao novo proprietário, através da transferência da titularidade do bem, o qual, a partir de então, responderá pelos danos causados, independentemente de culpa.

⁶⁷ Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/revistaeletronica/Abre_Documento.asp?sSeq=557804&sReg=200000594008&sData=20050822&formato=PDF. Acesso em: 17 de maio de 2012.

⁶⁸ A obrigação *propter rem* não surge por força do acordo de vontades, mas sim em razão de um direito real. Os direitos reais são aqueles previstos no artigo 1225 do Código Civil de 2002: propriedade, penhor, anticrese, usufruto, servidões, uso, habitação, enfiteuse (que ainda é um direito real) etc.

⁶⁹ Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão disponível em: <http://www.tjmg.jus.br/juridico/jt_/inteiro_teor.jsp?tipoTribunal=1&comrCodigo=508&ano=6&txt_proce sso=1370&complemento=1>. Acesso em: 19 de maio de 2012.

Assim, quando tratado em questões ambiental, parte-se da teoria do risco da atividade ou da empresa, ou seja, exercida determinada atividade perigosa ou potencialmente poluidora⁷⁰, ao autor do fato cabe o dever de reparação, em caso de dano.

2.3. Responsabilidade Administrativa

Para que o Estado desempenhe sua soberania interna ele se faz valer de poderes políticos e administrativos. Estes se concretizam de acordo com as exigências do Serviço Público e com os interesses da sociedade⁷¹.

Assim dispõe Hely Lopes Meirelles:

Assim, enquanto os poderes políticos identificam-se com os Poderes de Estado e só são exercidos pelos respectivos órgãos constitucionais do Governo, os poderes administrativos difundem-se por toda a Administração e se apresentam como meios de sua atuação. Aqueles são poderes imanes e estruturais do Estado; estes são contingentes e instrumentais da Administração.⁷²

Logo, na seara administrativa e, na situação em estudo, o Estado possui órgãos próprios em todas as suas esferas, a saber, municipal, estadual e pela União, esta em caráter supletivo às demais, incumbidos da proteção do Meio Ambiente, exercida, dentre outras formas, por meio da fiscalização.

Nesse sentido, urge mencionar os dizeres elucidativos a respeito da competência para a efetivação da fiscalização, efetuada através da aplicação do poder de polícia, inserto no parágrafo único do artigo 78 do Código Tributário:

Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com

⁷⁰ “Em matéria de proteção do meio ambiente, o princípio usuário-pagador significa que o utilizador do recurso deve suportar o conjunto dos custos destinados a tornar possível a utilização do recurso e os custos advindos de sua própria utilização. (...)” MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. 12. ed. p. 66.

⁷¹ MEIRELLES, Lopes Hely. **Direito Administrativo Brasileiro**. 37^a. ed. São Paulo: Malheiros, 2010. p. 133.

⁷² Idem.

observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.

Como se pode notar, o exercício do poder de polícia está adstrito ao órgão para o qual a lei confere tal competência, devendo, pois, ser exercido com observância ao devido processo legal.

Destacamos ainda, que sendo a responsabilidade administrativa um mecanismo de repressão conduzido pelo Poder Público, através de seu Poder de Polícia, em face de condutas consideradas lesivas ao meio ambiente⁷³, deve obedecer aos limites estabelecidos por lei, ou seja, é necessário que a lei atribua qual é o sujeito que possui competência para o exercício do poder de polícia.

Conforme o artigo 70, §1º da Lei de Crimes Ambientais, dispõe que incumbe aos funcionários integrantes do SISNAMA, lavrar o auto de infração ambiental e instaurar o processo administrativo. No parágrafo seguinte, ressaltamos que qualquer pessoa que verificar a ocorrência de uma infração ambiental poderá procurar as autoridades competentes para o efeito do exercício do poder de polícia.

No Estado de Mato Grosso, através da Lei Complementar n.º 232, de 21 de dezembro de 2005, a qual alterou o Código Estadual do Meio Ambiente, entre outras providências, incumbe a SEMA (Secretaria Estadual de Meio Ambiente), exercer o poder de polícia administrativa ambiental⁷⁴.

A propósito, válido frisar, o que se entende por poder de polícia.

Pois bem, a conceituação legal do que vem a ser o Poder de Polícia, está disciplinada no *caput* do artigo 78⁷⁵.

⁷³DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 24ª ed. São Paulo: editora Atlas, 2011, p. 118.

⁷⁴Art. 6º Compete à Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA:

I - formular, propor e executar a política estadual do meio ambiente;

II - exercer o poder de polícia administrativa ambiental, no âmbito do Estado de Mato Grosso, através de:

a) licenciamento ambiental das atividades utilizadoras dos recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente;

b) fiscalização e aplicação das penalidades por infração à legislação de proteção ambiental;

c) controle e monitoramento das atividades de exploração dos recursos minerais, hídricos, florestais e faunísticos;...

⁷⁵Art. 78. Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou

A despeito do tema, Paulo Affonso Leme Machado define o poder de polícia como sendo:

... á atividade da administração pública que limita ou disciplina direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato em razão de interesse público concernente a saúde da população, á conservação dos ecossistemas, á disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas ou de outras atividades dependentes de concessão, autorização, permissão ou licença do Poder Público de cujas atividades possam decorrer poluição ou agressão á natureza⁷⁶.

Nesse sentido, não é demais ressaltar que o poder de polícia exercido pela administração pública tem o condão de inibir as atividades lesivas e potencialmente prejudiciais ao meio ambiente, através da fiscalização, a qual visa controlar as atividades exercidas pelo particular, de forma a impedir atitudes que venham a prejudicar a vida em sociedade.

Como observado por Di Pietro, “pelo conceito moderno, adotado no direito brasileiro, o poder de policia é a atividade do Estado consistente em limitar o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público”⁷⁷.

Portanto, poder de polícia é o poder dever que compete à administração pública de regular e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade, do próprio Estado e o interesse público⁷⁸.

Logo, entende-se que esse poder compreende toda a atividade administrativa inibidora ou limitadora de direitos e liberdades, sendo exercida no controle de atividades incompatíveis com os fins estabelecidos pelas normas de promoção do meio ambiente sadio, através de procedimentos de fiscalização, assegurando assim, a exploração racional dos recursos naturais, restringindo a atividade predatória⁷⁹.

De outro vértice, as penalidades impostas pelos órgãos vinculados de forma direta e indireta aos entes estatais, quais sejam, União, Estado, Distrito Federal e

autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

⁷⁶MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental brasileiro**. 12^a. ed. 2010, p. 342.

⁷⁷DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 24^a. ed. São Paulo: editora Atlas, 2011, p.118.

⁷⁸MEIRELLES, Lopes Hely. **Direito Administrativo Brasileiro**. 37^a. ed. São Paulo: Malheiros, 2010, p.135.

⁷⁹NETO, Nicolao Dino. **Introdução ao Estudo das Infrações Administrativas Ambientais**. Revista de Direito Ambiental – RDA. Ano 16. Vol. 62. abr.- jun./2011, p. 172.

Município, de acordo com as competências estabelecidas por Lei, tem como objetivo estabelecer regras de conduta aos demais entes ligados à administração pública.

O funcionário público, por exemplo, no exercício de seu poder de polícia poderá embargar a atividade ilegal ou aplicar qualquer outra sanção administrativa, prevista no art. 72 e incisos da Lei de Crimes Ambientais, de forma a limitar o administrado de cometer atos em desconformidade com a lei.

É importante frisar que toda decisão punitiva por parte da administração pública deve ser motivada, sob pena de ser reavaliada pelo Poder Judiciário, o qual, verificando que a punição foi exorbitante, poderá reduzir a penalidade ou anulá-la para que o órgão público ambiental possa adequá-la dentro do princípio da proporcionalidade entre a conduta ilícita e a aplicação da medida punitiva⁸⁰.

Tangente à infração administrativa ambiental, esta vem conceituada na Lei nº. 9.605/1998, em seu artigo 70, dispondo que a infração administrativa ambiental consiste em “toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente”, cuja violação acarreta sanções de cunho administrativo também de natureza administrativa, como multa, interdição da atividade, advertência, suspensão de benefícios etc.

Os procedimentos correlatos às infrações administrativas encontram-se dispostos nos artigos 70 a 76 da aludida Lei, os quais foram regulados pelo Decreto nº 6.514 de 22 de julho de 2008, que revogou as demais normas que efetivavam as sanções administrativas⁸¹ e dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, trazendo, no *caput* do artigo 2º o conceito de infração administrativa, repetindo a definição contida na Lei dos Crimes Ambientais, a saber:

Art. 2º Considera-se infração administrativa ambiental, toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente, sendo punida com as sanções do presente diploma legal, sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação⁸².

⁸⁰SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de direito ambiental**. 9ª.ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 601.

⁸¹ **Ibidem**, p. 589.

⁸² **Ibidem**, p. 590.

Temos, então, que infração administrativa ambiental é toda a conduta oposta aos interesses difusos e coletivos, considerados direitos constitucionais do cidadão, competindo ao poder público defendê-los.

Urge, ainda, destacar, que a responsabilização do cidadão que cometeu uma infração administrativa, sem embargos de entendimentos diversos, é de natureza objetiva, nos exatos termos delineados no artigo 14, § 1º da Lei nº. 6.938/81, a saber:

Art. 14 - Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores:(...)
 § 1º Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente.... (grifos nossos).

Logo, vislumbra-se que na responsabilidade administrativa, havendo ou não a intenção do agente em causar um dano ambiental, ele pode ser responsabilizado administrativamente, imperando, ainda, a responsabilização objetiva, portanto basta o nexo causal e o dano, ou o risco de dano.

Contudo, a própria Lei de Crimes Ambientais prevê exceção para a teoria da responsabilização objetiva, podendo-se, em determinadas situações, considerar a presença do elemento anímico culpa, ou seja, da responsabilidade subjetiva para a configuração da tipificação legal da conduta tido por delituosa.

Nesse sentido, vejamos a dicção do artigo 72 da lei suso, §3º:

As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções, observado o disposto no art. 6º:(...)
 §3º A multa simples será aplicada sempre que o agente, por negligência ou dolo:
 I - advertido por irregularidades que tenham sido praticadas, deixar de saná-las, no prazo assinalado por órgão competente do SISNAMA ou pela Capitania dos Portos, do Ministério da Marinha;
 II - opuser embaraço à fiscalização dos órgãos do SISNAMA ou da Capitania dos Portos, do Ministério da Marinha.

A exceção prevista no parágrafo supra, é um dos argumentos apontados por parte da doutrina que entende que para a aplicação da infração administrativa não

basta, por si só, considerar apenas a teoria da responsabilidade objetiva, devendo, pois, também incidir, em certas situações, a teoria da responsabilidade subjetiva.

O decreto n.º 6.514/2008, por sua vez, disciplina em seu artigo 3º, §2º que para “A caracterização de negligência ou dolo será exigível nas hipóteses previstas nos incisos I e II do § 3º do art. 72 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998”.(grifo nosso).

Logo, vislumbra-se que há situações em que a lei dispõe que a incidência da sanção administrativa recairá ainda que o ato seja praticado culposamente.

Eduardo Fortunato Bim, criticando a aplicação da teoria objetiva nas infrações administrativas pondera que:

Somente aquilo que depende da vontade do homem pode ser reprovável; não há como se punir alguém que não sabia o que estava fazendo ou, se soubesse, não poderia se comportar de modo diverso. A finalidade repressiva da pena existe para educar a todos e o infrator. Como educar alguém que não sabia que estava infringindo a legislação administrativa ou se sabia, não podia se comportar de modo diverso por não ser exigível pela inevitabilidade da situação? Não e protege o bem jurídico sancionando quem não teve, ao menos, culpa. Defender o contrário é violar o princípio da dignidade da pessoa humana porque trata o homem apenas como meio para “dar o exemplo”, instrumentalizando-o, coisificando-o.⁸³

Bim defende que na seara administrativa deve ser aplicada a teoria subjetiva, para que o cidadão não seja punido por um ato que não cometeu, haja vista que, nos termos da responsabilidade objetiva, considerando-se, ainda, as obrigações *propter rem*, a pessoa pode ser sancionada administrativamente levando-se em conta até mesmo as disposições atinentes ao direito civil, sem que tenha, que alguma forma, concorrido para a prática da infração.

O autor, no que tange a responsabilidade das pessoas jurídicas, afirma que não é possível aplicar o quesito culpa para estas, em decorrência da ausência de consciência, não podendo, desta feita, esboçar vontade, de modo que a culpabilidade deve se amoldar de forma mais objetiva do que defende para as pessoas físicas.

⁸³ BIM, Eduardo Fortunato. O mito da responsabilidade objetiva no direito ambiental sancionador: imprescindibilidade da culpa nas infrações ambientais. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, 15(57): p. 807-839, jan/mar.2010.

De qualquer forma, sem embargo dos posicionamentos divergentes, a doutrina majoritária entende que, também na seara da responsabilidade administrativa ambiental, a teoria a ser aplicada é a da responsabilidade objetiva.

Diante de todo o exposto, podemos definir responsabilidade administrativa, como sendo os atos praticados pela administração pública com o intuito voltado a disciplinar a utilização do meio ambiente, ou seja, delimitar as ações entre os diferentes direitos individuais que em determinado momento, podem chocar-se, havendo assim a necessidade de harmonizá-los.

2.4. Responsabilidade Penal

Hodiernamente, devida á importância alcançada através de nossa Carta Magna, o meio ambiente ecologicamente equilibrado passou a ser um dos direitos fundamentais da pessoa humana, razão pela qual se verificou a necessidade de impor sanções penais em decorrência de agressões contra ele perpetradas, como meio mais severo e eficaz de reprimir as degradações ambientais, questões que foram sistematizadas pela Lei n.º 9605/98 que trata dos crimes ambientais, a qual já foi objeto de estudo.

Nesse viés, é de bom alvitre salientar que a tutela penal do meio ambiental somente ocorrerá em casos extremos, em que os abusos cometidos atinjam os valores fundamentais e sociais.

A esse respeito Édís Milaré, muito bem enfatiza:

Com o fortalecimento do princípio da subsidiariedade da ação penal, a doutrina evoluiu no sentido de que este ramo do Direito deve (pode) incidir sobre o caso concreto somente quando as demais instâncias de responsabilização – civil e administrativa, que são menos gravosas – já se tenham mostrado insuficientes para coibir a conduta infracional, potencial ou efetivamente lesiva ao bem jurídico tutelado.

A razão de ser do princípio da intervenção mínima do Direito Penal reside no reconhecimento da liberdade como direito fundamental do homem e valor supremo para a vida em sociedade, essencial no Estado Democrático de Direito (...). Assim, qualquer ação estatal que envolva restrição a esse direito público subjetivo encontra seus limites na exata medida do necessário e suficiente para atender ao fim público a ser tutelado em cada situação. De fato, toda condenação penal, especialmente quando esta atinge a liberdade da pessoa, estigmatiza o indivíduo e repercute

negativamente em seu senso de dignidade, razão pela qual o direito penal deve ser minimamente usado⁸⁴.

Neste diapasão, vislumbra-se que vigora no Direito Penal o princípio da intervenção mínima, segundo o qual a tutela penal somente terá incidência em “ultima ratio”, ou seja, quando as demais instâncias de responsabilização, a saber, civil e administrativa, tiverem sido superadas e consideradas insuficientes para a repressão e punição da prática do injusto ambiental⁸⁵, logo, atuará de modo subsidiário, com o intuito de auxiliar ou de garantir os preceitos administrativos, não excluindo sua atuação direta e independente, em razão da gravidade do dano⁸⁶.

Diante da incidência supletiva do código penal quando da prática de ilícitos ambientais, se faz impositivo entendermos o conceito de crime.

Segundo entendimento de De Plácido e Silva crime, “em acepção vulgar, significa toda ação cometida com dolo, ou infração contrária aos costumes, à moral e à lei, que é igualmente punida, ou que é reprovada pela consciência”⁸⁷.

Júlio Fabbrini Mirabete, aprofundando o tema, define o ilícito penal sob três aspectos diferentes:

Atendendo-se ao aspecto externo, puramente nominal do fato, obtém-se uma definição *formal*; observando-se o conteúdo do fato punível, consegue-se uma definição *material* ou *substancial*; e examinando-se as características ou aspectos do crime, chega-se a um conceito, também formal, mas *analítico* da infração penal.⁸⁸

Entre os três aspectos expostos acima, o adotado pelo sistema brasileiro, segundo o autor, é o de caráter analítico, o qual conceitua o crime como:

...“ação típica, antijurídica e culpável”. Essa definição vem consignada tanto pelos autores que seguem a teoria causalista (naturalista, clássica, tradicional), como pelos adeptos da teoria finalista da ação (ou da ação finalista). Entretanto, a palavra *culpabilidade*, como se verá, para os primeiros consiste num vínculo subjetivo que liga a ação ao resultado, ou seja, no *dolo* (querer o resultado ou assumir o risco de produzi-lo) ou na

⁸⁴ **Ibidem**, p. 1277/1278.

⁸⁵ MILARÉ, op. cit., p. 1277.

⁸⁶ **Ibidem**, p. 1278.

⁸⁷ SILVA, op. cit., p. 399.

⁸⁸ MIRABETE, Julio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. **Manual de Direito Penal**. 24ª.ed. São Paulo: Atlas, 2008, p. 81.

culpa em sentido estrito (dar causa ao resultado) por imprudência, negligência ou imperícia. Verificando-se a existência de um fato típico (composto de ação, resultado, nexos causal e tipicidade) e antijurídico, examina-se o elemento subjetivo (dolo ou culpa em sentido estrito) e, assim, a culpabilidade. Com a enunciação da teoria da ação finalista proposta por Hanz/Welzel, porém, passou-se a entender que a ação (ou conduta) é uma atividade que sempre tem uma finalidade. Admitindo-se sempre que o delito é uma conduta humana voluntária, é evidente que tem ela, necessariamente, uma finalidade. Por isso, no conceito analítico de crime, a conduta abrange o dolo (querer ou assumir o risco de produzir o resultado) e a *culpa em sentido estrito*. Se a conduta é um dos componentes do fato típico, deve-se definir o crime como “fato típico e antijurídico”⁸⁹. (grifos nossos).

Depreende-se então, que a teoria adotada para a definição de crime é a finalista, a qual considera crime todo o fato típico, antijurídico e culpável.

Sobre a problemática em questão é importante transcrever as características do crime: a conduta típica tem que possuir relação entre o fato concreto e a lei, a ilicitude ou antijuridicidade, é a característica deste ato, que é juridicamente proibido sempre que a conduta é típica, ou seja, prevista em lei e não estão presentes as excludentes de ilicitude⁹⁰. O ato será considerado típico, antijurídico e ilícito.

Já a culpabilidade seria o juízo de reprovação social sobre a ação ou omissão, sendo aquela em que o indivíduo age em desconformidade com o ordenamento jurídico, isto é, a reprovação da ordem jurídica em face de estar envolvido o homem a um fato típico e antijurídico⁹¹.

A responsabilidade penal é determinada pela culpabilidade, não fugindo à regra os crimes ambientais. O bem jurídico protegido é o meio ambiente em toda a sua magnitude, na abrangência do conjunto.

Por meio da responsabilidade penal, pune-se àquele que pratica crimes contra o meio ambiente. Que pode ser tanto sujeito ativo e passivo do dano ambiental, quais sejam: ativa, pessoa física e jurídica e passiva União, Estados, Distrito Federal, Municípios e a coletividade⁹².

Em relação a responsabilidade penal da pessoa física, a lei criminal ambiental traz peculiaridades em seu procedimento, a saber, a mitigação da

⁸⁹ **Ibidem.** p. 83.

⁹⁰ De acordo com o artigo 19 do Código Penal, são excludentes de ilicitude: a legítima defesa, o estado de necessidade, o estrito cumprimento do dever legal e o exercício regular do direito.

⁹¹ MIRABETE, 2008, p. 84/85.

⁹² SIRVINSKAS, op. cit., p. 793/795.

utilização da prisão do indivíduo como norma geral e a intervenção da administração pública.

De outro vértice, não é demais ressaltar que qualquer pessoa física pode ser sujeito ativo nos crimes ambientais, desde que seja imputável (art. 2º da Lei 9.605/98), ou seja, desde que tenha capacidade de entender a ilicitude do fato e de agir de acordo com esse entendimento⁹³.

A autoria do crime ambiental tem dimensão própria. O artigo 2º da lei correlata nomeia o autor do crime e amplia este conceito aos agentes do Estado e da pessoa jurídica que, tendo conhecimento da infração, deixaram de impedir a sua prática.

O artigo acima mencionado aborda os casos de ação ou omissão por parte dos responsáveis, admite cumulativamente a responsabilidade penal da pessoa jurídica e física, embora as infrações não sejam tratadas em um mesmo processo, as responsabilidades são diferentes e poderão acontecer a absolvição ou condenação separadamente ou em conjunto⁹⁴. Também responsabiliza àquela que tem conhecimento da conduta criminosa de outrem e deixa de impedir a sua prática que é o caso do Estado (omissão).

Por fim, o artigo 2º apenas se pronuncia no sentido de que é possível ocorrer o concurso de pessoas em crimes ambientais, tal qual o artigo 29 do Código Penal, adota a Teoria Monista⁹⁵ ou Teoria Unitária, de modo que todos aqueles que concorrerem para a consecução do crime ambiental responderão na medida de sua culpabilidade.

Isso importa dizer que todos responderão pelo mesmo crime, mas não sofrerão a mesma pena necessariamente, porquanto esta será dosada na medida da culpabilidade⁹⁶ de cada um, isto é, o crime é o mesmo para todos, mas a pena é aplicada individualmente de acordo com a conduta de cada um dos agentes do

⁹³SIRVINSKAS, op. cit. p. 793.

⁹⁴ FREITAS, Eliane Freitas. **Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica**. Disponível em: http://www.robertexto.com/archivo14/resp_penal_pessoa.htm. Acesso em: 14 abr. 2012.

⁹⁵ Mirabetti relata que, segundo a concepção tradicional da teoria monista, unitária ou igualitária, o crime, ainda quando tenha sido praticado em concurso de várias pessoas, permanece único e indivisível. Não se distingue entre as várias categorias de pessoas (autor, partícipe, instigador, cúmplice etc.), sendo todos autores (co-autores) do crime. In MIRABETE, Julio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. **Manual de Direito Penal**. 24ª.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

⁹⁶ Princípio constitucional da individualização da pena, previsto no CP, art. 59 e consagrado na CF, art. 5º, XLVI.

crime. Portanto as pessoas físicas respondem tanto por ação quanto por omissão nos crimes ambientais.

O que o artigo 2º, *in fine*, fez, foi criar para essas pessoas o dever jurídico de agir, de evitar os crimes ambientais, caso não o façam, a omissão é penalmente relevante e será considerada crime, desde que saibam da existência do delito e possam agir para evitá-lo, mas não evitam. O preenchimento desses dois requisitos evita atribuição da responsabilidade objetiva.

No que atine a responsabilidade penal da pessoa jurídica, ou seja, a figuração desta como sujeito ativo do crime, podemos dizer que se trata de uma das maiores inovações da Lei de Crimes Ambientais.

A despeito, Bitencourt afirma que:

*A inadmissibilidade da responsabilidade penal das pessoas jurídicas – *societas delinquere non potest* – remonta a Feuerbach e Savigny. Os dois principais fundamentos para não se reconhecer a capacidade penal desses entes abstratos são: a falta de capacidade “natural” de ação e a carência de capacidade de culpabilidade.⁹⁷*

Contudo, boa parte da doutrina tem admitido à responsabilidade penal da pessoa jurídica, sendo certo que os diversos entendimentos, doutrinários e jurisprudenciais, a respeito do tema serão devidamente discorridos no capítulo que se segue.

⁹⁷ BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**: parte geral. 11. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2007, p. 231.

CAPITULO III – RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA

3. 1. Imputabilidade pela prática de delitos ambientais

Como já mencionado no decorrer deste trabalho de conclusão de curso, uma das grandes inovações da Lei de Crimes Ambientais foi disciplinar acerca da responsabilidade penal da pessoa jurídica pela prática dos crimes nela previstos, regulamentando o artigo 225, §3º, da Constituição Federal, após dez anos de sua promulgação.

De qualquer maneira, em uma situação peculiar como esta, não é de se estranhar que a doutrina e a jurisprudência oscilem, surgindo, assim, as mais diversas correntes acerca da possibilidade da imputação criminal da pessoa jurídica, sendo certo que até hoje a alusiva responsabilidade provoca divergências até mesmo no direito alienígena.

Nessa toada, antes de adentrarmos na discussão existente sobre o tema, mister a conceituação sobre o que se entende por pessoa jurídica.

O conceito etimológico da palavra pessoa advém da expressão latina *persona*, que, por sua vez, provém do verbo *personare*, que significava máscara.

Considera-se natural a pessoa concebida através da relação entre humanos, a qual, como se sabe, obtém personalidade jurídica ao nascer com vida, nos termos do artigo 4º do Código Civil, sendo ela dotada de direitos e obrigações na seara cível.

Em contrapartida a pessoa jurídica é o “fruto do ânimo associativo entre pessoas físicas”⁹⁸, de modo que, na maioria das vezes, com estas não se confundem.

A professora Maria Helena Diniz, conceitua pessoa jurídica como “a unidade de pessoas naturais ou patrimônios, que visa à consecução de certos fins, reconhecida pela ordem jurídica como sujeito de direitos e obrigações”⁹⁹. Logo,

⁹⁸ MIGLIARI JÚNIOR, Arthur. **A Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica**. Campinas: CS Edições Ltda., 2002, p.37.

⁹⁹ DINIZ, op.cit., p. 232.

vislumbra-se que a pessoa coletiva se constitui pela união de pessoas físicas ou de patrimônios.

Legalmente constituída a pessoa jurídica, não é demais esclarecer que ela exige órgãos, composto por pessoas, por assim dizer, de representação para que possa atuar na sociedade.

Ocorre que em se tratando da responsabilidade penal da pessoa jurídica pela prática de crime ambiental o ponto de partida acerca da divergência doutrinária e jurisprudencial reside em torno da natureza jurídica a ela imputada.

Neste aspecto, necessário se faz destacar que entre as diversas teorias existentes a respeito, duas se sobressaem, a saber, a teoria da ficção, defendida por Savigny e a teoria da realidade, afirmada por Otto Gierke.

Gagliano e Pamplona, a respeito da teoria da ficção, esclarecem que esta “não reconhecia existência real à pessoa jurídica, imaginando-a como abstração, mera criação da lei. Seriam pessoas por ficção legal, uma vez que somente os sujeitos dotados de vontade poderiam, por si mesmos, titularizar direitos subjetivos”¹⁰⁰.

Em torno da teoria da realidade, segundo a definição de Diniz, haveria “junto às pessoas naturais, que são organismos físicos, organismos sociais constituídos pelas pessoas jurídicas, que têm existência e vontade própria, distinta da de seus membros, tendo por finalidade realizar um objetivo social.”¹⁰¹

Segundo Pamplona e Stolze, na teoria da realidade objetiva:

... a pessoa jurídica não seria mera abstração ou criação da lei. Teria existência própria, real, social, como os indivíduos (...). Entre nós, LACERDA DE ALMEIDA perfilhava-se junto dos organicistas, sufragando o entendimento de que a pessoa jurídica resultaria da conjunção de dois elementos: o *corpus* (a coletividade ou o conjunto de bens) e o *animus* (a vontade do instituidor).¹⁰² (destaque do autor).

Sem embargo de as teorias retro serem as defendidas para afastar ou acolher a responsabilidade penal da pessoa jurídica, os autores citados entendem

¹⁰⁰ GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil, volume I:** parte geral. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 185.

¹⁰¹ **Idem.**

¹⁰² **Idem**, p. 187.

como a mais esclarecedora acerca da natureza jurídica do ente coletivo, a teoria da realidade das instituições jurídicas, defendida por Hauriou.

Tecidas estas considerações, tornemos ao alvo deste capítulo, a responsabilidade penal do ente coletivo de acordo com o entendimento doutrinário e jurisprudencial.

3.1.1. Entendimento doutrinário

As principais correntes a respeito da responsabilidade criminal das pessoas jurídicas no Brasil, são três, a saber: a Constituição Federal de 1988 não inovou no ordenamento jurídico criando a responsabilidade penal da pessoa coletiva; a pessoa jurídica, de acordo com a teoria do crime, não pode cometer ilícitos penais, porquanto não teria capacidade de ação, culpabilidade e condições de aplicabilidade da pena e, finalmente, a corrente que aceita a imputação penal do ente coletivo¹⁰³.

Começamos pelo posicionamento que veda a previsão constitucional da responsabilidade penal da pessoa jurídica inserta nos artigos 225, §3º e 173, §5º da Carta Magna.¹⁰⁴

A esse respeito, Luiz Luisi, aponta que:

O levantamento histórico da elaboração deste parágrafo noticia que o mesmo, na Comissão de Sistematização, tinha a seguinte redação: “a lei sem prejuízo da responsabilidade individual dos integrantes da pessoa jurídica estabelecerá a responsabilidade criminal desta”. Este texto não mereceu a aprovação do Plenário da Constituinte. O texto aprovado refere que devem ser aplicadas à pessoa jurídica “punições compatíveis com sua natureza”. Retirando a expressa e literal referência à responsabilidade

¹⁰³ GOMES, Luiz Flávio e CUNHA, Rogério Sanches (coord.). **Legislação criminal especial**. São Paulo: Revista dos Tribunais.

¹⁰⁴ Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.(...)§ 5º - A lei, sem prejuízo da responsabilidade individual dos dirigentes da pessoa jurídica, estabelecerá a responsabilidade desta, sujeitando-a às punições compatíveis com sua natureza, nos atos praticados contra a ordem econômica e financeira e contra a economia popular.

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.§ 3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

criminal da pessoa jurídica, é de evidência solar que o Constituinte recusou-se a estabelecer a responsabilidade em causa.¹⁰⁵

Depreende-se que, para Luisi, através do §5º do artigo 173 da Carta Constitucional, interpretado desde a sua redação original, observando-se a intenção do legislador, não se pode imputar à Constituição Federal a inserção no ordenamento jurídico da responsabilidade penal do ente coletivo.

No que se refere ao artigo 225 da Lei Maior e seu §3º Luiz discorre que a redação do mesmo tem dividido opiniões, uns apontando que o “legislador ao falar em condutas e atividades quis expressar que a pessoa natural realiza condutas e a pessoa jurídica atividades”¹⁰⁶, sendo que as condutas se referem a sanções penais e às atividades da pessoa jurídica restariam punições de cunho administrativo.

De outro vértice também há quem entenda que o §3º do artigo 225 da Constituição deixou, com a sua dicção, transparecer a responsabilidade da pessoa jurídica.

Sem embargo dos apontamentos referentes à interpretação literal da norma, Luiz deixa claro o seu posicionamento no sentido de que ainda que fosse efetuada a interpretação literal do artigo 225, admitindo a responsabilidade penal da pessoa jurídica, haveria um grande conflito com os princípios constitucionais da personalidade da pena e da presunção de inocência, também denominado da não-culpabilidade.¹⁰⁷

Nessa toada, para os juristas que comungam desse mesmo entendimento, a responsabilidade penal do ente moral acharia óbice no princípio constitucional da personalidade da pena, disposto no artigo 5º, XLV, da Carta Magna e disciplina que “nenhuma pena passará da pessoa do condenado”, visto que, acaso punida a pessoa coletiva, a punição atingiria a pessoa física que a integra.

Bem assim, a vertente doutrinária que aponta a impossibilidade de avaliar a culpabilidade do ente coletivo, por ocasião da dosimetria da pena, porquanto em tal momento o julgador afere o juízo de reprovabilidade da conduta do agente,

¹⁰⁵ PRADO, Luiz Regis; DOTTI, René Ariel (Coord.). **Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica: em defesa do princípio da imputação penal subjetiva**. 2.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010, p. 34-35.

¹⁰⁶ *Ibidem*, p. 35.

¹⁰⁷ *Ibid.*, p. 36

indagando se este, pessoa jurídica, tinha consciência da sua conduta e se de acordo com esta consciência poderia se determinar de maneira diversa.

Logo, para quem sustenta que a pessoa jurídica não possui consciência, puni-la seria uma afronta ao princípio da presunção de inocência, disposto no artigo 5º, inciso LVII, da CF, porquanto consideraria culpado, sem ter, o magistrado, logrado aferir a sua culpabilidade.

Para Bitencourt:

*...a obscura previsão do art. 225, §3º, da Constituição Federal, relativamente ao meio ambiente, tem levado alguns penalistas a sustentarem, equivocadamente, que a Carta Magna consagrou a responsabilidade penal da pessoa jurídica. No entanto, a responsabilidade penal ainda se encontra limitada à responsabilidade subjetiva e individual.*¹⁰⁸
(destaque do autor).

Depreende que Bitencourt também se filia ao posicionamento de que o artigo 225, §3º, da Constituição Federal deve ser interpretado de forma sistemática e não literal.

O artigo mencionado acima, foi regulamentado pela Lei de Crimes Ambientais¹⁰⁹, ocasião em que também foi consignado quais serão as penalidades a ser aplicadas quando da prática de um crime ambiental, de forma geral, isolada ou cumulativamente¹¹⁰, ressaltando, ainda, que a responsabilização da pessoa jurídica não exclui a da pessoa física.

¹⁰⁸ BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**: parte geral. 11. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2007, p. 232.

¹⁰⁹ Art. 3º As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.

Parágrafo único. A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato.

¹¹⁰ Art. 21. As penas aplicáveis isolada, cumulativa ou alternativamente às pessoas jurídicas, de acordo com o disposto no art. 3º, são:

I - multa;

II - restritivas de direitos;

III - prestação de serviços à comunidade.

Art. 22. As penas restritivas de direitos da pessoa jurídica são:

I - suspensão parcial ou total de atividades;

II - interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade;

III - proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações.

§ 1º A suspensão de atividades será aplicada quando estas não estiverem obedecendo às disposições legais ou regulamentares, relativas à proteção do meio ambiente.

A esse respeito, Luiz Regis Prado aponta que o artigo 3º da Lei nº. 9.605/1998 estaria eivado de inconstitucionalidade, porquanto imputaria a responsabilidade penal da pessoa jurídica por fato cometido por outrem¹¹¹ e, ainda, elucida que:

Pelo próprio direito, convém destacar, como *conditio sine qua non* da responsabilidade penal da pessoa coletiva, a existência de uma pessoa física (ou grupo de pessoas); isso quer dizer: há de se pressupor imprescindivelmente a existência de um ser humano, como base essencial, que encarna a pessoa jurídica, intervindo por ela e em seu nome. Também os elementos objetivos e subjetivos integradores de determinada infração penal – imputada à pessoa jurídica – dizem respeito, na verdade, à pessoa natural. Melhor explicando: a responsabilidade penal decorrente de um fato punível é que poderá ser atribuída à pessoa moral.¹¹²

Com esse pensamento, Prado reafirma que por trás de todo e qualquer ato da pessoa jurídica há uma pessoa física, natural, que por ela responde, emanando a sua vontade, razão pela qual a imputação criminal deve recair sobre a pessoa humana, que realiza a ação em interesse ou em benefício da pessoa coletiva.

A respeito desta vertente, Silvio Maciel, esclarece que, se assim não fosse, entender-se-ia que o disposto na Lei de Crimes Ambientais, artigo 3º, seria inconstitucional por afrontar texto expresso da Carta Maior, que além de não dispor sobre a responsabilidade penal da pessoa jurídica, a veda, e prossegue elucidando que:

O dispositivo ofende materialmente os mencionados art. 5º, XLV e art. 225, §3º, da CF/88, que, interpretados sistematicamente, levam à conclusão de que a Carta Maior somente permite a responsabilidade penal de pessoas física, vedando-a para as pessoas jurídicas.¹¹³

§ 2º A interdição será aplicada quando o estabelecimento, obra ou atividade estiver funcionando sem a devida autorização, ou em desacordo com a concedida, ou com violação de disposição legal ou regulamentar.

§ 3º A proibição de contratar com o Poder Público e dele obter subsídios, subvenções ou doações não poderá exceder o prazo de dez anos.

Art. 23. A prestação de serviços à comunidade pela pessoa jurídica consistirá em:

- I - custeio de programas e de projetos ambientais;
- II - execução de obras de recuperação de áreas degradadas;
- III - manutenção de espaços públicos;
- IV - contribuições a entidades ambientais ou culturais públicas.

¹¹¹ PRADO, Luiz Regis; DOTTI, René Ariel (Coord.). op.cit., 2010, p. 148.

¹¹² *Ibid.*, p. 150.

¹¹³ GOMES, Luiz Flávio e CUNHA, Rogério Sanches (coord.). **Legislação criminal especial**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009, p. 690.

Nesse aspecto, a crítica tecida por Luisi é que a lei não prevê, de maneira indubitável, quais os crimes que poderão ser imputados à pessoa jurídica, ou seja, em quais ilícitos penais a pessoa jurídica poderia incidir.¹¹⁴

O jurista Miguel Reale Júnior, por sua vez, declara que a Constituição Federal deve ser interpretada de maneira sistemática, o que conduz a verificação da inadmissibilidade da responsabilidade penal da pessoa coletiva. Nesse sentido, expõe, ainda, que:

Falta à pessoa jurídica capacidade criminal. Se a ação delituosa se realiza com o agente realizando uma opção valorativa no sentido do descumprimento de um valor cuja positividade a lei penal impõe, se é uma decisão em que existe um querer, e um querer valorativo, vê-se que a pessoa jurídica não tem essa capacidade do querer dotado dessa postura axiológica negativa. A Constituição estabelece que a pena não passará da pessoa do condenado (inc. XLV do art. 5.º), e o inciso seguinte diz que a lei individualizará a pena. A individualização da pena é feita com base na culpabilidade que significa o quanto de reprovação, de censurabilidade merece a conduta, sendo absolutamente incongruente com admissão da pessoa jurídica como agente de delitos. Portanto, há uma incapacidade penal da pessoa jurídica, que a análise sistemática do texto constitucional torna evidente.¹¹⁵

De outro norte, para os juristas que entendem que a pessoa jurídica não poderia cometer ilícitos penais, entendimento ainda majoritário, mais que vem perdendo, paulatinamente, adeptos, se filiam, para a sustentação deste posicionamento, que a pessoa jurídica seria apenas uma ficção, adotando, desta senda, a teoria de Feuerbach, propagada por Savigny.

Nesse sentido, Luiz Luisi, argumenta que a impossibilidade de o ente coletivo perpetrar ilícitos penais encontra embasamento nas seguintes situações, saber:

a) a capacidade de ação no sentido penal estrito; b) capacidade de culpabilidade (princípio da culpabilidade); c) capacidade de pena (princípio da personalidade da pena), indispensáveis à configuração de uma responsabilidade penal subjetiva.¹¹⁶

¹¹⁴ PRADO, Luiz Regis; DOTTI, René Ariel (Coord.). **Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica: em defesa do princípio da imputação penal subjetiva**. 2.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010, p. 40.

¹¹⁵ **Ibid.**, p. 344.

¹¹⁶ PRADO, Luiz Regis; DOTTI, René Ariel (Coord.). **Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica: em defesa do princípio da imputação penal subjetiva**. 2.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010, p. 127.

Assim, extrai-se que o princípio *societas delinquere non potest*, se fundamenta na aventada incapacidade de ação dos entes coletivos; na ausência de culpabilidade em seus atos e, por fim, na aplicação do princípio da pessoalidade das penas, ou seja, que estas somente podem incidir sobre as pessoas físicas.

Para Luisi, apesar de o sujeito da ação ser a pessoa jurídica, esta somente pode atuar através de seus órgãos, os quais são dirigidos por pessoas físicas, de modo que estas é que responderão pela imputação¹¹⁷.

Isso porque a pessoa jurídica não possui consciência dos atos que realiza, e, não obstante possa celebrar contratos, a sua capacidade de autodeterminação, ou seja, de expressar a sua vontade, não se compara a vontade da pessoa humana.

Silvio Maciel arremata apontando que “punir criminalmente a pessoa jurídica significa admitir a *responsabilidade penal objetiva* (sem dolo ou culpa), vedada no direito penal pátrio”¹¹⁸.

Por sua vez, René Ariel Dotti, esclarece que a imputação penal da pessoa jurídica ofenderia os princípios basilares do Direito Penal, seja em decorrência de que um dos elementos caracterizadores da imputação criminosa é a conduta, ação ou omissão, que somente pode ser atribuída a pessoa humana, a qual pode, por assim dizer, decidir por agir desta ou daquela maneira¹¹⁹, ou seja, seria a “capacidade mental de entender e querer”¹²⁰, assim como que a pessoa jurídica não possui a “potencial consciência da ilicitude (capacidade de entender o caráter injusto do fato)”¹²¹.

Para esta corrente, aceitar a responsabilidade criminal do ente coletivo acarretaria um assombroso abalo nas estruturas do direito penal, pois, como se aplicaria o concurso de pessoas à pessoa jurídica? Como aferir o dolo, a culpa, desta pessoa ficta?

¹¹⁷ **Idem.**

¹¹⁸ GOMES, Luiz Flávio e CUNHA, Rogério Sanches (coord.). **Legislação criminal especial**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009, p. 691.

¹¹⁹ **Ibidem**, p. 168.

¹²⁰ **Ibidem**, p. 692.

¹²¹ **Id.**

Assim, em relação ao fundamento que se refere que a pena somente pode ser aplicada às pessoas físicas, Mirabete, ao falar em sua obra sobre a capacidade penal do sujeito ativo, expõe que:

A *pessoa jurídica* não pode ser sujeito ativo de crime, que se entenda ser ela *ficção* legal (Savigny, Ihering), *realidade objetiva* (Gierke, Zitelmann), *realidade técnica* (Planiol, Ripert) ou se adote a teoria *institucionalista* (Hauriou). É impossível a uma *ficção* a prática de fatos criminosos, e aos entes reais compostos de pessoas físicas não se adapta o conceito penal de dolo ou culpa (puramente subjetivo). Ademais, não seria possível aplicar às pessoas jurídicas muitas das penas previstas na legislação penal (corporais, privativas de liberdade etc.). Diz-se que a pessoa jurídica não delinque através de seus membros; são os mesmos que praticam os crimes através das pessoas morais. Assim, só os responsáveis concretos pelos atos ilícitos (gerentes, diretores etc.) são responsabilizados penalmente, inclusive pelas condutas criminosas praticadas contra a pessoa jurídica (art. 177 do CP)¹²². (destaques do original).

Depreende-se, assim, que para Mirabete pouco importa a teoria adotada para explicar a natureza jurídica da pessoa coletiva, porquanto, em qualquer dos casos, esta não poderá ser responsabilizada, diante do fato de que não seria possível lhe aplicar pena.

Finalmente, não podemos nos olvidar de trazer a lume a teoria que defende a possibilidade de a pessoa jurídica cometer crimes e sofrer penas, traduzida pelo brocardo jurídico *societas delinquere potest*.

Um dos defensores desta teoria é Vladimir Passos de Freitas, para quem a própria Constituição Federal disciplinou sobre o tema, prevendo, expressamente, a possibilidade de responsabilização penal da pessoa coletiva e que, mais tarde, foi regulamentado pela Lei de Crimes Ambientais, de modo que não haveria que se acoirar de inconstitucional o artigo 3º da lei suso, visto que, caso contrário “significaria estar o Judiciário a rebelar-se contra o que o Legislativo deliberou, cumprindo a Constituição Federal”¹²³.

Para o professor Paulo Affonso Leme Machado a pessoa jurídica está sujeita a imputações criminais tal qual a pessoa física, conforme se denota:

¹²² MIRABETE, Julio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. **Manual de Direito Penal**. 24.ed. São Paulo: Atlas, 2008, p. 111.

¹²³ SILVA, Leticia Borges da; OLIVEIRA, Paulo Celso de (coord.). **Socioambientalismo: Uma realidade – Homenagem a Carlos Frederico Marés de Souza Filho**. Curitiba: Juruá, 2007, p. 253.

Os constituintes captaram a vontade popular e sabiamente a expressaram ao firmar o princípio de que não basta responsabilizar a pessoa física do dirigente da empresa, em sua relação com o meio ambiente, com a economia popular, com a ordem econômica financeira. A pessoa jurídica passou também a ser responsabilizada¹²⁴.

Também comunga deste entendimento o jurista Édis Milaré, ao explanar em sua obra que:

Seguindo tendência do Direito Penal moderno de superar o caráter meramente individual da responsabilidade penal até então vigente, e cumprindo promessa do art. 225, §3º, da CF, o legislador brasileiro erigiu a pessoa jurídica à condição de sujeito ativo da relação processual penal (...) O intento do legislador, como se vê, foi punir o criminosos certo e não apenas o mais humilde – ou o “pé de chinelo” do jargão popular. Sim, porque, via de regra, o verdadeiro delinquente ecológico não é a *pessoa física* – o quitandeiro da esquina, p. ex. – mas, a *pessoa jurídica* que quase sempre busca o lucro como finalidade precípua...¹²⁵

Vislumbra-se que também para Milaré, se extrai tanto da Constituição Federal como da Lei de Crimes Ambientais, a possibilidade de responsabilizar criminalmente a pessoa jurídica, andando bem, neste aspecto, a legislação, porquanto somente ao atingir a pessoa jurídica estaria efetivando a verdadeira punição pela prática do delito, que, no mais das vezes, é praticado pelo ente moral e não pela pessoa física que o administra.

Nessa mesma senda, Celso Antonio Pacheco Fiorillo, aponta que:

...o legislador constituinte abriu a possibilidade dessa espécie de sanção à pessoa jurídica. Trata-se de política criminal, que, atenta aos acontecimentos sociais, ou melhor, à própria dinâmica que rege atualmente as atividades econômicas, entendeu por bem tornar mais severa a tutela do meio ambiente.¹²⁶

Para Fiorillo, o legislador pátrio vislumbrou a então realidade ambiental, notadamente no que se relacionava a prática delitativa e a abrangeu, acertadamente, ao ente coletivo, não fazendo diferenciação acerca de quem perpetrou o ilícito, se ente moral de direito público ou privado, porquanto, para Fiorillo, todos devem ser responsabilizados em caso de perpetração de um crime ambiental.

¹²⁴ MACHADO, 2010, p. 743.

¹²⁵ MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente**: gestão ambiental em foco – doutrina, jurisprudência, glossário 7ª.ed. São Paulo: RT, 2011, p.1288.

¹²⁶ FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 12ª.ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 146.

Luís Paulo Sirvinskaskas também admite a responsabilidade penal da pessoa jurídica, prevista no texto constitucional e disciplinada pela lei de crimes ambientais, ressalvando, apenas, que a responsabilização será cumulativa, de modo que haverá concurso necessário de agentes, pessoa física e jurídica¹²⁷, respondendo, assim, uma das indagações efetuadas pela corrente contrária a responsabilidade do ente moral.

Nesse contexto, Édis Milaré pontua que a responsabilidade do ente coletivo não se dissocia da pessoa física, porquanto, para punir aquela, deve figurar, necessariamente, no polo passivo da ação a pessoa física, a qual “atua com elemento subjetivo próprio, seja a título de dolo ou de culpa”¹²⁸.

Nesse sentido, expõe que:

A priori, sempre que se constatar a responsabilidade criminal da empresa, ali também estará presente a culpa do administrador que exarou o comando para a conduta reputada antijurídica. De igual modo, responderão o preposto que obedeceu à ordem ilegal e todo o empregado que de alguma forma colaborou para o resultado. Às hipóteses de *relevância da omissão* elencadas no art. 13, §2º, do Código Penal, acrescentou a lei mais uma situação, ao estabelecer, no art. 2º, a responsabilidade do diretor, administrador, membro do conselho e de órgão técnico, auditor, gerente, preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la. Assim, tendo referidas pessoas o *dever jurídico* de agir para evitar dando ao ambiente, tornam-se, pela omissão, partícipes do fato delituoso¹²⁹.

Destarte, se a pessoa física estiver responsável pelo ente coletivo, por ele exprimindo a vontade, havendo liame entre o ato e o resultado danoso, o qual, podendo evitar, não o fez, há que se falar em responsabilidade da mesma.

Milaré, ainda menciona como circunstâncias indispensáveis para a responsabilização criminal da pessoa coletiva, a conjunção dos seguintes fatores: “(i) que a infração tenha sido cometida em seu interesse ou benefício, (ii) por

¹²⁷ SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. 9ª.ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 614.

¹²⁸ MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente: gestão ambiental em foco – doutrina, jurisprudência, glossário** 7ª.ed. São Paulo: RT, 2011, p.1288.

¹²⁹ **Ibid.**, pp. 1288-1289.

decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado”¹³⁰, delineado de forma expressa no *caput* do artigo 3º da Lei de Crimes Ambientais¹³¹.

Logo se o delito for planejado e executado pelos dirigentes, representantes legais ou órgão colegiado da pessoa jurídica beneficie diretamente esta, impositiva a sua responsabilização, de outro norte, acaso os únicos favorecidos com a prática do crime ambiental sejam as pessoas físicas que o arquitetaram, estas serão as responsáveis, pessoais, excluindo, assim, qualquer responsabilidade do ente coletivo, ainda que o ilícito tenha sido concretizado por meio deste.

Milaré finaliza, expondo que:

... a responsabilização penal da pessoa jurídica dar-se-ia segundo dupla categoria de critérios. A primeira, relacionada a critérios *explícitos* na lei, exige que: a) a violação à norma ambiental decorra de deliberação do ente coletivo; b) o autor material do delito seja vinculado à sociedade; e c) a infração seja praticada no interesse ou benefício da pessoa jurídica. A segunda, relacionada a critérios implícitos no dispositivo, desafia que: a) o autor tenha agido com o beneplácito da pessoa jurídica; b) a ação ocorra no âmbito de atividades da empresa; e c) a pessoa jurídica seja de direito privado...¹³²

De qualquer modo, guisa frisar que para que a teoria da realidade ganhasse força não seria razoável que fosse empregado, para a pessoa jurídica, a mesma pedra angular da culpabilidade aplicada para o ser humano, somando a ele o conceito de consciência social.

Esse conceito de consciência social vem sendo empregado por Klaus Tiedmann, penalista alemão que tem identificado a necessidade de que seja criada este tipo de consciência por meio da lei.

Segundo Luiz Luisi, a culpabilidade social da empresa, conforme Klaus, “é levar em conta as consequências da realidade social de uma parte, e das obrigações correspondentes aos direitos da empresa de outra parte”¹³³.

¹³⁰ **Ibidem**, p. 1291.

¹³¹ Art. 3º As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.

¹³² **Ibid.**, p. 1291.

¹³³ PRADO, Luiz Regis; DOTTE, René Ariel (Coord.). **Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica: em defesa do princípio da imputação penal subjetiva**. 2.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010, p. 39.

Também defendem a constitucionalidade do artigo 3º da Lei de Crimes Ambientais, e, ainda, que a Constituição Federal, em seu artigo 225, prevê a responsabilidade penal da pessoa jurídica, sendo certo que se evolva das mesmas, incontestavelmente, a aplicação do princípio *societas delinquere potest*, originária do direito francês.

Fernando Capez defende que:

...a pessoa jurídica pode ser sujeito ativo de crime. O princípio *societas delinquere non potest* não é absoluto. De fato, há crimes que só podem ser praticados por pessoas físicas, como o latrocínio, a extorsão mediante sequestro, o homicídio, o estupro, o furto etc. Existem outros, porém, que são cometidos quase sempre por meio de um ente coletivo, o qual, deste modo, acaba atuando como um escudo protetor da impunidade. São as fraudes e agressões cometidas contra o sistema financeiro e o meio ambiente. Nestes casos, com o sucessivo incremento das organizações criminosas, as quais atuam, quase sempre, sob a aparência da licitude, servindo-se dos mais variados artifícios, escondem-se debaixo da associação para restarem impunes, fora do alcance da malha criminal.¹³⁴

É claro que ainda são tecidos diversos argumentos na defesa da responsabilidade penal da pessoa jurídica, a maioria de caráter filosófico.

Para Migliari, “a entrada da pessoa moral como responsável criminal é um avanço ao efetivo combate ao crime, à verdadeira e real sinalização para a responsabilização do verdadeiro autor do fato jurídico punível”¹³⁵.

Certo é que a responsabilidade do ente moral ainda gerará polemica até que o assunto seja pacificado pelo Supremo Tribunal Federal, o qual ainda não se pronunciou, de maneira decisiva, a respeito do tema, conforme veremos a seguir.

3.1.2. Posicionamento jurisprudencial

O Poder Judiciário pátrio tem admitido a responsabilização penal da pessoa jurídica pela prática de delitos ambientais, não obstante tal questão não esteja, ainda, pacificada, notadamente diante de o Supremo Tribunal Federal não ter se posicionado, de maneira taxativa, sobre o assunto.

¹³⁴ CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**: parte geral. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 139.

¹³⁵ MIGLIARI. op.cit., 2002, p. 133.

Vale ressaltar, que recentemente a Primeira Turma da Suprema Corte Federal, assim já decidiu:

EMENTA: PENAL. PROCESSUAL PENAL. CRIME AMBIENTAL. **HABEAS CORPUS PARA TUTELAR PESSOA JURÍDICA ACUSADA EM AÇÃO PENAL. ADMISSIBILIDADE. INÉPCIA DA DENÚNCIA: INOCORRÊNCIA. DENÚNCIA QUE RELATOU a SUPOSTA AÇÃO CRIMINOSA DOS AGENTES, EM VÍNCULO DIRETO COM A PESSOA JURÍDICA CO-ACUSADA.** CARACTERÍSTICA INTERESTADUAL DO RIO POLUÍDO QUE NÃO AFASTA DE TODO A COMPETÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA E BIS IN IDEM. INOCORRÊNCIA. EXCEPCIONALIDADE DA ORDEM DE TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. ORDEM DENEGADA. I - **Responsabilidade penal da pessoa jurídica, para ser aplicada, exige alargamento de alguns conceitos tradicionalmente empregados na seara criminal, a exemplo da culpabilidade, estendendo-se a elas também as medidas assecuratórias, como o habeas corpus.** II - Writ que deve ser havido como instrumento hábil para proteger pessoa jurídica contra ilegalidades ou abuso de poder quando figurar como co-ré em ação penal que apura a prática de delitos ambientais, para os quais é cominada pena privativa de liberdade. III - Em crimes societários, a denúncia deve pormenorizar a ação dos denunciados no quanto possível. Não impede a ampla defesa, entretanto, quando se evidencia o vínculo dos denunciados com a ação da empresa denunciada. IV - Ministério Público Estadual que também é competente para desencadear ação penal por crime ambiental, mesmo no caso de curso d'água transfronteiriços. V - Em crimes ambientais, o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta, com conseqüente extinção de punibilidade, não pode servir de salvo-conduto para que o agente volte a poluir. VI - O trancamento de ação penal, por via de habeas corpus, é medida excepcional, que somente pode ser concretizada quando o fato narrado evidentemente não constituir crime, estiver extinta a punibilidade, for manifesta a ilegitimidade de parte ou faltar condição exigida pela lei para o exercício da ação penal. VII - Ordem denegada. (HC 92921, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Primeira Turma, julgado em 19/08/2008, DJe-182 DIVULG 25-09-2008 PUBLIC 26-09-2008 EMENT VOL-02334-03 PP-00439 RJSP v. 56, n. 372, 2008, p. 167-185)¹³⁶

No julgamento do *habeas corpus* supra, o Ministro Ricardo Lewandowski, em seu voto, manifestou o seu entendimento no sentido de que o sistema penal brasileiro não se encontra apto para reconhecer a responsabilidade penal do ente coletivo, nesse sentido, vejamos:

A questão vestibular suscitada pelo *Parquet*, interessantemente, reflete a perplexidade de nosso sistema penal que ainda não está plenamente aparelhado para reconhecer a responsabilidade penal da pessoa jurídica. Com efeito, conquanto tenha o art. 225, §3º da Constituição Federal feito expressa menção à responsabilidade penal das pessoas jurídicas, inexistem instrumentos legislativos, estudos doutrinários ou precedentes

¹³⁶ STF. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=550495>. Acesso em: 22 maio 2012.

jurisprudenciais, aptos a coloca-la em prática, sobretudo de modo consentâneo com as garantias do processo penal. Apenas para exemplificar, menciono que o art. 59 do Código Penal, inserido em sua Parte Geral, enuncia como primeiro dado a ser considerado na dosimetria da pena a “*culpabilidade*” do agente, elemento de natureza inequivocamente subjetiva, inaplicável à pessoa jurídica.¹³⁷

Assim, para o eminente Ministro, diante da não adaptação do sistema penal brasileiro para a imputação de responsabilidade criminal para a pessoa jurídica, não obstante expressa previsão constitucional nesse sentido, resta, por ora, impraticável a cominação de pena ao ente moral, argumentando, ainda, a barreira existente na aferição da culpabilidade da pessoa jurídica, quando da dosimetria da pena, porquanto esta é de cunho eminentemente subjetivo.

O Ministro Marco Aurélio, em sua explanação, consignou, em seu voto, que “podemos ter apenação quanto à pessoa jurídica, em se tratando de crime contra o meio ambiente, quer sob o ângulo da interdição da atividade desenvolvida, quer sob o ângulo da multa (...) ou perda de bens”¹³⁸.

De outro vértice, a questão encontra-se praticamente pacificada no Superior Tribunal de Justiça, o qual já se pronunciou, reiteradamente, acerca da possibilidade da responsabilidade penal do ente coletivo, contudo, embasa-se no sistema da dupla imputação, ou da imputação paralelas.

Através do sistema suso, ou se denuncia apenas a pessoa física ou esta juntamente com o ente moral, sendo expressamente vedada denúncia tão somente em face da pessoa jurídica, porquanto, o artigo 3º da Lei de Crimes Ambientais seria expresso ao determinar que a pessoa coletiva somente pode ser punida quando possível a identificação da pessoa física que teria dado ensejo, concorrido, para a prática do ilícito ambiental.¹³⁹

Nesse sentido, vejamos a jurisprudência da Corte Superior:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL PENAL. CRIME AMBIENTAL. RESPONSABILIZAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA. IMPUTAÇÃO SIMULTÂNEA DA PESSOA NATURAL. NECESSIDADE. PRECEDENTES. ARTIGOS 619 E 620 DO

¹³⁷ **Id.**

¹³⁸ **Ibidem.**

¹³⁹ GOMES, Luiz Flávio e CUNHA, Rogério Sanches (coord.). **Legislação criminal especial**. Revista dos Tribunais: 2009, p.702-703.

CPP. DECISÃO EMBARGADA QUE NÃO SE MOSTRA AMBÍGUA, OBSCURA, CONTRADITÓRIA OU OMISSA. EMBARGOS REJEITADOS.

1. **A jurisprudência deste Sodalício é no sentido de ser possível a responsabilidade penal da pessoa jurídica em crimes ambientais desde que haja a imputação simultânea do ente moral e da pessoa natural que atua em seu nome ou em seu benefício.**

2. Os embargos de declaração constituem recurso de estritos limites processuais de natureza integrativa, cujo cabimento requer estejam presentes os pressupostos legais insertos na legislação processual, mais especificamente nos artigos 619 e 620 do Código de Processo Penal.

Assim, somente, são cabíveis nos casos de eventuais ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão, vícios inexistentes no julgado.

3. Embargos de declaração rejeitados. (STJ, EDcl no REsp 865.864/PR, Rel. Ministro ADILSON VIEIRA MACABU (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RJ), QUINTA TURMA, julgado em 20/10/2011, DJe 01/02/2012)¹⁴⁰. (grifos nossos).

Vislumbra-se, que o Superior Tribunal de Justiça tem entendido que é perfeitamente possível a imputação penal da pessoa jurídica, com a ressalva de que esta somente será aceita quando a denúncia for realizada em conjunto com a pessoa física.

Nessa mesma senda:

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. INOCORRÊNCIA. DECISÃO RECORRIDA EM MANIFESTO CONFRONTO COM JURISPRUDÊNCIA DA CORTE. ART.557, § 1º-A, DO CPC. POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO. **APLICAÇÃO EQUIVOCADA DO PRINCÍPIO DA INDIVISIBILIDADE À AÇÃO PENAL PÚBLICA. INOCORRÊNCIA. CRIME AMBIENTAL. DUPLA IMPUTAÇÃO. RESPONSABILIZAÇÃO SIMULTÂNEA DA PESSOA JURÍDICA E DA PESSOA FÍSICA.** CONTRARIEDADE AO PRINCÍPIO DA INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO. JULGADO EM CONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO DO PRETÓRIO EXCELSO. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Não há que se falar em ofensa ao princípio da colegialidade quando a decisão é proferida pelo relator, com base no regramento previsto no artigo 557, parágrafo 1º-A, do Código de Processo Civil.

2. A necessidade de dupla imputação nos crimes ambientais não tem como fundamento o princípio da indivisibilidade, o qual não tem aplicação na ação penal pública. Aplica-se em razão de não se admitir a responsabilização penal da pessoa jurídica dissociada da pessoa física.

3. Não há contrariedade ao princípio da interpretação conforme a constituição, quando a decisão agravada encontra-se em consonância com o entendimento do próprio Supremo Tribunal Federal, guardião da Constituição Federal.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(STJ, AgRg no REsp 898.302/PR, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 07/12/2010, DJe 17/12/2010)¹⁴¹. (grifos nossos).

A dupla imputação nos crimes ambientais, como mencionado acima, fora o sistema adotado pelo legislador, conforme se evolva do artigo 3º, parágrafo único, da Lei de Crimes Ambientais, porquanto prevê a responsabilidade penal da pessoa jurídica, sem prejuízo de imputação criminal a pessoa física que, de qualquer forma, contribuiu para a eclosão do delito, não havendo no que se falar em *bis in idem*, porquanto a responsabilidade pelo mesmo ilícito ambiental é imputado a duas pessoas distintas, a física e a jurídica.

Nesse contexto, não é demais esclarecer que, em grande parte dos casos concretos, figurarão no pólo passivo da ação tanto a pessoa jurídica como a física, representada, no mais das vezes, pelo representante legal do ente coletivo ou seu diretor, sendo certo que, segundo o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, se, por qualquer modo, haja a exclusão do pólo passivo da ação a pessoa física, será impositivo o trancamento da lide, a qual não ter exclusivamente como parte ré a pessoa jurídica.

Em sentido diametralmente oposto, se encontram os julgados do Tribunal Regional Federal da nossa região, o qual admite a responsabilização criminal, de forma isolada, da pessoa jurídica, não obstante haja divergência entre as turmas, senão vejamos:

PENAL. PROCESSUAL PENAL. MANDADO DE SEGURANÇA. CRIME AMBIENTAL. RESPONSABILIDADE PENAL. PESSOA JURÍDICA. ISOLADAMENTE. POSSIBILIDADE. ART. 225, § 3º, DA CF. ART. 3º DA LEI 9.605/98. MANDADO DE SEGURANÇA DENEGADO.

1. O legislador constituinte admitiu a responsabilização penal das pessoas jurídicas, objetivando proteger o meio ambiente da degradação, posto que considerado essencial à sadia qualidade de vida e merece ser preservado para as presentes e futuras gerações.

2. **A dicção do art. 225, § 3º, da CF/88 permite concluir que a responsabilização penal da pessoa jurídica independe da responsabilização da pessoa natural. Pode, assim, a denúncia ser dirigida apenas contra o ente coletivo, caso não se descubra autoria ou participação de pessoas físicas; ou, se dirigida contra ambas, física e jurídica, ser recebida apenas quanto a esta, uma vez configuradas hipóteses de rejeição contra aquela.**

¹⁴¹

3. A lei ambiental não condicionou a responsabilidade penal da pessoa jurídica à da pessoa física, apenas ressalvou que as duas formas de imputação não se excluem, como se extrai do disposto no art. 3º, parágrafo único, da Lei 9.605/98.

4. Recente decisão do STF, no julgamento do AgR no RE n. 628.582/RS, consignou ser possível a condenação da pessoa jurídica pela prática de crime ambiental, ainda que absolvida a física.¹⁴²

5. Ofertada denúncia contra pessoa física e jurídica, mesmo que absolvida sumariamente (CPP, art. 397, III) aquela, há a possibilidade de aditamento para se incluir responsável, pessoa física, pelo delito ambiental imputado, fato revelador, no mínimo, de ser precipitado o trancamento da ação penal contra a pessoa jurídica na via do mandado de segurança.

6. Mandado de Segurança denegado.

(MS 0021154-60.2010.4.01.0000/BA, Rel. Desembargador Federal Carlos Olavo, Conv. Juiz Federal Evaldo De Oliveira Fernandes, Filho (conv.), Segunda Seção, e-DJF1 p.052 de 19/04/2012.¹⁴³ (negrito)

No parecer prolatado na ementa acima, vislumbra-se a aceitação da imputação penal da pessoa jurídica pela prática de delitos ambientais, tal qual o Superior Tribunal de Justiça.

Contudo, o ponto de divergência se assenta no fato de o STJ somente aceitar a assertiva supra, em caso de denúncia paralela, ou seja, tanto da pessoa jurídica como da pessoa física.

Em voto exarado pelo eminente relator do acórdão retro, ele expressa a sua convicção nos seguintes termos:

Ora, consoante aqui já visto, acorde disposto pelo art. 225, § 3º, da CF/88, a responsabilização penal da pessoa jurídica independe da responsabilização da pessoa natural. Pode, assim, a denúncia ser dirigida somente contra o ente coletivo, caso não se descubra a autoria ou participação de pessoas físicas; ou, se denunciadas ambas, pessoa física e jurídica, aquela for absolvida sumariamente, como no caso sob apreço, é viável o prosseguimento da ação penal apenas contra esta última.

Da mesma forma, a meu ver, a lei ambiental não condicionou a responsabilidade penal da pessoa jurídica à da pessoa física, mas apenas ressalvou que as duas formas de imputação não se excluem, como se extrai do disposto no art. 3º, parágrafo único, da Lei 9.605/98.

Penso que a responsabilidade penal da pessoa jurídica constitui forma especial de imputação, diversa da pessoa natural, razão pela qual não há falar-se em co-autoria necessária entre uma (pessoa física) e outra (pessoa

¹⁴² O Ministro do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, em julgamento do Recurso Extraordinário n. 628582 AgR, se pronunciou nos seguintes termos: “no que concerne a norma do §3º do art. 225 da Carta da República, não vislumbro, na espécie, qualquer violação ao dispositivo em comento, pois a responsabilização penal da pessoa jurídica independe da responsabilização da pessoa natural”. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628413>. Acesso em: 23 maio 2012.

¹⁴³ TRF1. Disponível em: <http://arquivo.trf1.jus.br/default.php?p1=211546020104010000>. Acesso em: 23 maio 2012.

jurídica) por condutas lesivas ao meio ambiente, mas de concurso eventual de pessoas.¹⁴⁴

A despeito da pura e simples possibilidade de imputação criminal da pessoa jurídica, segue ementa do acórdão proferido pelo Desembargador Relator Tourinho Filho, da Terceira Turma do TRF da 1ª. Região:

PENAL. PROCESSUAL PENAL. TRANSPORTE DE MADEIRA SEM LICENÇA. CRIME AMBIENTAL (ART. 46 DA LEI Nº 9.605/98). CRIME DE USO DE DOCUMENTO FALSO. ABSORÇÃO DO CRIME DE USO DE DOCUMENTO FALSO PELO CRIME AMBIENTAL. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA. ART. 225, § 3º, CF/88. ART. 3º DA LEI 9.605/98. REPARAÇÃO DE DANO. LEI 11.719/2008.

1. Absorção do crime de uso de documento falso pelo crime ambiental, pois a nota fiscal e a ATPF falsas adquiridas pelo acusado foram utilizadas exclusivamente com o fim de transportar madeira.

2. Materialidade e autoria demonstradas pelos depoimentos prestados na esfera policial e em Juízo e pelos documentos acostados nos autos.

3. **O parágrafo 3º do art. 225 da Constituição Federal de 1988 previu, em razão de opção política do legislador, a possibilidade de responsabilização penal das pessoas jurídicas por crimes ambientais. O art. 3º da Lei 9.605/98, que cuida dos crimes contra o meio ambiente, regulamentou esse preceito constitucional em referência, dando-lhe a densidade necessária.**

4. **Não há qualquer inconstitucionalidade no § 3º do art. 225 da Constituição Federal, fruto de uma escolha política do legislador, que atende às expectativas por prevenção e proteção de condutas atentatórias ao meio ambiente, bem jurídico de espectro coletivo, de enorme relevância para o ser humano na atualidade.**

5. A Lei que prevê a obrigação de reparação de danos pelo réu, publicada em 26/06/2008, conferindo nova redação ao art. 387, IV, do Código de Processo Penal, não pode retroagir para alcançar fatos acontecidos no ano de 2005.

(ACR 2007.41.00.005007-1/RO, Rel. Desembargador Federal Tourinho Neto, Terceira Turma, e-DJF1 p.507 de 25/11/2011)¹⁴⁵

Defendendo a teoria da imputação paralela, tal qual o Superior Tribunal de Justiça, o Tribunal Regional Federal da 1ª. Região:

PENAL. PROCESSUAL PENAL. PESSOA JURÍDICA. RESPONSABILIDADE. CRIME AMBIENTAL (ARTIGO 225, § 3º. CF E ARTIGO 3º, LEI 9.605/98). FALSIDADE IDEOLÓGICA (ART. 299, CÓDIGO PENAL). ATPF. LEI N. 9.605/98. ARTIGO 46, PARÁGRAFO ÚNICO. PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. CRIMES AUTÔNOMOS. BENS JURÍDICOS TUTELADOS DIVERSOS. CRIME AMBIENTAL. CONDENAÇÃO.

1. **"Admite-se a responsabilidade penal das pessoas jurídicas em crimes ambientais desde que haja a imputação simultânea do ente**

¹⁴⁴ **Idem.**

¹⁴⁵ TRF1. Disponível em: <http://arquivo.trf1.jus.br/default.php?p1=200741000050071>. Acesso em: 23 maio 2012.

moral e da pessoa física que atua em seu nome ou em benefício, uma vez que 'não se pode compreender a responsabilização do ente moral dissociada da atuação de uma pessoa física, que age com elemento subjetivo próprio.'(...)

5. Recurso de Apelação provido.(ACR 2009.41.00.001747-9/RO, Rel. Desembargador Federal Mário César Ribeiro, Quarta Turma,e-DJF1 p.049 de 05/08/2011)¹⁴⁶

PENAL E PROCESSUAL PENAL - CRIME AMBIENTAL E FALSIDADE IDEOLÓGICA (ART. 46, CAPUT E PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI 9.605/98 E ART. 299 DO CÓDIGO PENAL) - ABSORÇÃO DO CRIME DE FALSO PELO DELITO AMBIENTAL - IMPOSSIBILIDADE - CRIME DE FALSO - OFENSA A SERVIÇOS DO IBAMA - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL, INCLUSIVE PARA PROCESSAR E JULGAR O CRIME AMBIENTAL CONEXO - SÚMULA 122 DO STJ - NULIDADE DO PROCESSO, PELA FALTA DO EXAME DE CORPO DE DELITO (PERÍCIA GRAFOTÉCNICA) - INOCORRÊNCIA - PRELIMINARES REJEITADAS - PROVA SUFICIENTE DA MATERIALIDADE E DA AUTORIA DO DELITO PREVISTO NO ART. 299 DO CÓDIGO PENAL - DOSIMETRIA PENAL - FIXAÇÃO DA PENA-BASE ACIMA DO MÍNIMO LEGAL - CONSIDERAÇÕES GENÉRICAS OU FUNDADAS EM ELEMENTOS OU CIRCUNSTÂNCIAS JÁ VALORADOS PELO LEGISLADOR ORDINÁRIO, QUANDO DA CRIAÇÃO DO TIPO PENAL - DESCONSIDERAÇÃO, COMO CIRCUNSTÂNCIA DESFAVORÁVEL AO RÉU - CONSEQUENTE REDUÇÃO DA PENA-BASE - RESPONSABILIDADE DA PESSOA JURÍDICA PELO CRIME AMBIENTAL (ART. 46, CAPUT E PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI 9.605/98) - ART. 225, § 3º, DA CF/88 E ART. 3º DA LEI 9.605/98 - POSSIBILIDADE.(...)

VIII - **Se a pessoa jurídica tem existência própria, no ordenamento jurídico, e pratica atos no meio social, através da atuação de seus administradores, poderá vir a praticar condutas típicas previstas na Lei 9.605/98, e, portanto, ser passível de responsabilização penal pela prática de crimes ambientais. O texto constitucional (art. 225, § 3º, da CF/88) e a Lei 9.605/98 (arts. 3º, 21 e 22) não deixam dúvidas quanto à possibilidade de responsabilização criminal e imposição de sanções à pessoa jurídica, pela prática de crime ambiental.**

IX - **A jurisprudência, inclusive do egrégio STJ e do TRF/1ª região, tem admitido a responsabilização penal da pessoa jurídica em crimes ambientais, desde que haja a imputação simultânea do ente moral e da pessoa física que atua em seu benefício, tal como ocorre, in casu.**

X - **"Consoante entendimento do Superior Tribunal de Justiça, "Admite-se a responsabilidade penal da pessoa jurídica em crimes ambientais desde que haja a imputação simultânea do ente moral e da pessoa física que atua em seu nome ou em seu benefício, uma vez que não se pode compreender a responsabilização do ente moral dissociada da atuação de uma pessoa física, que age com elemento subjetivo próprio" (REsp 889.528/SC, Rel. Min. FELIX FISCHER, DJ 18/6/07). Recurso especial conhecido e parcialmente provido para restabelecer a sentença condenatória em relação à empresa Dirceu Demartini ME" (STJ, REsp 989089/SC, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, 5ª Turma, unânime, DJe de 28/09/2009). Em igual sentido: STJ, REsp 847476/SC, Rel. Min. Paulo Gallotti, 6ª Turma, unânime, DJe de 05/05/2008; TRF/1ª Região, ACR 0002371-15.2005.4.01.4100/RO, Rel. Des. Federal Hilton Queiroz, 4ª turma, unânime, e-DJF1 de 04/06/2010, p. 134; TRF/1ª Região, ACR 0001241-87.2005.4.01.4100/RO, Rel. Juíza**

¹⁴⁶ TRF 1ª. Região. Disponível em: <<http://arquivo.trf1.jus.br/default.php?p1=200941000017479>>. Acesso em: 23 maio 2012.

Federal Convocada Maria Lúcia Gomes de Souza, 3ª turma, unânime, e-DJF1 de 28/02/2010, p. 207.(...)
(ACR 0001231-43.2005.4.01.4100/RO, Rel. Desembargadora Federal Assusete Magalhães, Terceira Turma,e-DJF1 p.39 de 22/07/2011)¹⁴⁷

Ressai da jurisprudência colocada supra que o Tribunal Regional Federal da nossa região vem comungando do entendimento sufragado pelo Superior Tribunal de Justiça, não obstante as turmas do TRF 1ª. Região não sejam uníssonas a este respeito.

No que atine ao posicionamento do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, podemos trazer a lume recente julgado por ele proferido:

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO - CRIME AMBIENTAL - PESSOA JURÍDICA - LEGITIMIDADE PASSIVA – RESPONSABILIZAÇÃO SIMULTÂNEA DO ENTE MORAL E DA PESSOA FÍSICA - EXIGÊNCIA NÃO ATENDIDA - DECISÃO SINGULAR QUE REJEITA A DENÚNCIA - RECURSO NÃO PROVIDO.

De acordo com entendimento pacificado no Superior Tribunal de Justiça, "*Admite-se a responsabilidade penal da pessoa jurídica em crimes ambientais desde que haja a imputação simultânea do ente moral e da pessoa física que atua em seu nome ou em seu benefício, uma vez que não se pode compreender a responsabilização do ente moral dissociada da atuação de uma pessoa física, que age com elemento subjetivo próprio*". RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 35565/2011 - CLASSE CNJ – 426; SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL; Número do Protocolo: 35565/2011; Data de Julgamento: 1º-02-2012; DES. GÉRSO FERREIRA PAES (RELATOR).¹⁴⁸

Em seu voto, o Desembargador Relator expõe que:

A responsabilidade penal objetiva aplicada nos crimes ambientais decorre da proteção deferida ao direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Consiste na responsabilização pelo risco criado, não exigindo, para tanto, a culpa, e sim, o dano e o nexo de causalidade.

Entretanto, apesar de ser possível a denúncia da pessoa jurídica nos crimes ambientais, é preciso a vinculação do seu representante legal ou contratual ou do seu órgão colegiado, nos termos do art. 3º da Lei 9.605/98, em observância à teoria da dupla imputação.¹⁴⁹

¹⁴⁷ TRF 1ª. Disponível em: <http://arquivo.trf1.jus.br/default.php?p1=12314320054014100>. Acesso em: 23 maio 2012.

¹⁴⁸ TJMT. Disponível em: <http://tjmt.jus.br/servicos/jurisprudencia/ViewAcordao.aspx?key=f55279c4-7753-4d85-ad25-fd8f101bf50a&render=1>. Acesso em: 23 maio 2012.

¹⁴⁹ **Idem.**

Diante do exposto, vislumbra-se que no julgado proferido por nosso Tribunal de Justiça, há aceitação da responsabilidade penal do ente coletivo, desde que também haja a imputação da pessoa física que por ele responda.

Por oportuno, é de bom alvitre salientar que os julgados supramencionados são hodiernos, de modo que, sendo o tema em estudo uma revolução em nosso ordenamento jurídico penal e processual penal, é de se esperar que, inicialmente, os Tribunais Superiores vedavam, veementemente, a possibilidade de a pessoa jurídica sofrer imputação criminal, contudo, o que se depreende é que já se vem aceitando, gradativamente, esta responsabilização, aderindo assim, a moderna corrente de que todo e qualquer responsável por crime ambiental deve ser punido.

3.2. Peculiaridade procedimental

Por meio de uma rápida análise da Lei de Crimes Ambientais se vislumbra que ela pouco se preocupou em trazer em seu bojo normas procedimentares, razão pela qual se aplica, supletivamente, o Código de Processo Penal e a Lei nº. 9.099/95.

Desde já compete frisar que o artigo 26 da Lei de Crimes Ambientais, dispõe que todas as infrações previstas na alusiva lei serão apuráveis mediante ação penal pública incondicionada, sendo certo que apesar de o artigo não mencionar, o Código de Processo Penal assegura à vítima o direito de propor ação penal privada subsidiária da pública se o *parquet* permanecer inerte, não propondo ao ofensor transação penal e não oferecendo denúncia no prazo legal.

Como mencionado supra, incide-se, subsidiariamente, aos crimes ambientais a lei dos Juizados Especiais, logo, é passível de aplicação o instituto da transação penal. Contudo, em se tratando de crime ambiental a transação penal não poderia ser revestida da simplicidade, em termos de procedimento, tal qual ocorre na Justiça Especializada.

Isso porque, nos termos do artigo 27 da Lei de Crimes Ambientais¹⁵⁰, a oferta da transação penal se condiciona ao seguinte requisito: prévia composição do dano ambiental, ressalvada a hipótese de comprovação da impossibilidade de fazê-la.

Silvio Maciel esclarece que:

...nos crimes ambientais de menor potencial ofensivo (previstos nesta ou em outra lei), o infrator, para ter direito à transação penal, além de ter de satisfazer os requisitos do art. 76 da Lei 9.099/95, terá ainda de efetuar composição civil do dano ambiental. Como o art. 27 somente se refere aos crimes ambientais, a prévia composição do dano ambiental não é necessária para a proposta de transação em caso de *contravenção penal* ambiental.¹⁵¹

Em assim sendo, além de preencher os requisitos necessários para ser agraciado com a transação penal o agente infrator deve efetuar a composição do dano causado.

Vale frisar que diversos autores apontam que não se faz impositiva a efetiva reparação do dano, bastando apenas que o infrator da norma se comprometa em fazê-la. Para Silvio Maciel até mesmo o Termo de Ajustamento de Conduta realizada entre o infrator e o Ministério Público basta para fins de cabimento do instituto da transação penal.¹⁵²

Sem embargo das discussões efetuadas a respeito, também é cabível a suspensão condicional do processo em se tratando de delitos ambientais, nos termos do artigo 28 da *lex correlata*¹⁵³, tal como ocorre para as demais infrações

¹⁵⁰ Art. 27. Nos crimes ambientais de menor potencial ofensivo, a proposta de aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa, prevista no art. 76 da [Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995](#), somente poderá ser formulada desde que tenha havido a prévia composição do dano ambiental, de que trata o art. 74 da mesma lei, salvo em caso de comprovada impossibilidade.

¹⁵¹ GOMES, Luiz Flávio e CUNHA, Rogério Sanches (coord.). **Legislação criminal especial**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009, p. 734.

¹⁵² **Idem**.

¹⁵³ Art. 28. As disposições do art. 89 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, aplicam-se aos crimes de menor potencial ofensivo definidos nesta Lei, com as seguintes modificações:

I - a declaração de extinção de punibilidade, de que trata o § 5º do artigo referido no *caput*, dependerá de laudo de constatação de reparação do dano ambiental, ressalvada a impossibilidade prevista no inciso I do § 1º do mesmo artigo;

II - na hipótese de o laudo de constatação comprovar não ter sido completa a reparação, o prazo de suspensão do processo será prorrogado, até o período máximo previsto no artigo referido no *caput*, acrescido de mais um ano, com suspensão do prazo da prescrição;

III - no período de prorrogação, não se aplicarão as condições dos incisos II, III e IV do § 1º do artigo mencionado no *caput*;

previstas na Lei dos Juizados Especiais, apenas com a ressalva de que para a extinção da punibilidade, impositiva a reparação do dano ambiental, a qual deve ser comprovada através de perícia, além dos demais requisitos básicos que são o término do período de prova, que pode ser de dois a quatro anos, bem assim do cumprimento das condições previstas no artigo 89 da Lei n.º 9.099/95.

No que atine ao interrogatório da pessoa jurídica, surge a seguinte indagação, sendo este ato de cunho personalíssimo, qual o procedimento a ser adotado quando o denunciado é um ente moral?

É claro que, também nessa seara, a doutrina se divide a despeito de quem poderia ser interrogado no lugar da pessoa coletiva, isto para quem entenda que o interrogatório deve ocorrer.

Nesse aspecto Silvio Maciel é adepto dos ensinamentos da professora Ada Pellegrini, para a qual, sendo o interrogatório um meio de defesa, ouvir-se-ia o diretor da pessoa jurídica, ou quem o estatuto designar, o qual, por óbvio, possui interesse em defendê-la, tudo nos termos do artigo 12, incisos VI e VIII, do Código de Processo Civil ¹⁵⁴.

Já para o doutrinador Guilherme de Souza Nucci, aplicar-se-ia ao interrogatório o disposto no artigo 843, §1º da Consolidação das Leis Trabalhistas, ouvindo-se o representante legal da pessoa jurídica ou um preposto que possua conhecimento acerca dos fatos ¹⁵⁵.

Outrossim, no que atine ao procedimento citatório, a peculiaridade gira em torno de que forma ente moral seria citado. No mesmo sentido, efetuando uma pequena adaptação ao procedimento penal, os estudiosos indicam que a citação seria realizada na pessoa do representante legal da pessoa jurídica.

De outro vértice e, indo mais adiante, admitida a possibilidade da responsabilidade penal da pessoa jurídica, esta, acaso seja condenada, por razões

IV - findo o prazo de prorrogação, proceder-se-á à lavratura de novo laudo de constatação de reparação do dano ambiental, podendo, conforme seu resultado, ser novamente prorrogado o período de suspensão, até o máximo previsto no inciso II deste artigo, observado o disposto no inciso III;
V - esgotado o prazo máximo de prorrogação, a declaração de extinção de punibilidade dependerá de laudo de constatação que comprove ter o acusado tomado as providências necessárias à reparação integral do dano.

¹⁵⁴ GOMES & CUNHA. 2009, p. 726.

¹⁵⁵ **Ibid.**, p. 727.

óbvias não sofrerá pena privativa de liberdade. De tal modo, a Lei de Crimes Ambientais, em seus artigos 21 a 23, dispõe quais penalidades são aplicáveis às pessoas jurídicas.

Nesse sentido, vejamos, na letra da lei:

Art. 21. As penas aplicáveis isolada, cumulativa ou alternativamente às pessoas jurídicas, de acordo com o disposto no art. 3º, são:

- I - multa;
- II - restritivas de direitos;
- III - prestação de serviços à comunidade.

Depreende-se da dicção do referido artigo que são aplicáveis as pessoas jurídicas a pena de multa, restrição de direitos e/ou prestação de serviços à comunidade, de maneira cumulativa, isolada ou alternativamente. No que tange a esta última, Maciel esclarece que “não há nenhuma norma (no CP ou nesta Lei) que disponha sobre a *substituição* da pena restritiva de direito por multa ou vice-versa, de tal modo que o dispositivo é inaplicável nesse ponto”¹⁵⁶, notadamente por se tratarem de penas principais, ou seja, enquanto que para as pessoas físicas a pena principal é a privativa de liberdade, a qual pode ser substituída por restritiva de direito, em relação as pessoas jurídicas não há esta opção.

Não é de se duvidar que o leitor esteja se indagando a respeito de como uma pessoa jurídica poderia cumprir pena restritiva de direitos ou, ainda, de que maneira poderia prestar serviços à comunidade.

O legislador não se olvidou de disciplinar como se daria o cumprimento das penas restritivas de direitos, a qual teve uma de suas modalidades “desmembrada” equivocadamente, a saber, a prestação de serviços à comunidade¹⁵⁷, que foi, na Lei n. 9.065/98 prevista em um inciso apartado.

¹⁵⁶ GOMES, Luiz Flávio e CUNHA, Rogério Sanches (coord.). **Legislação criminal especial**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009, p. 720.

¹⁵⁷ O Código Penal traz como uma das modalidades da pena restritiva de direitos a prestação de serviços à comunidade.

Art. 43 - As penas restritivas de direitos são:

- I - prestação pecuniária;
- II - perda de bens e valores;
- III - (vetado)
- IV - prestação de serviços à comunidade ou à entidades públicas;
- V - interdição temporária de direitos;
- VI - limitação de fim de semana.

Nesse ponto, como outrora mencionado neste trabalho, a Lei de Crimes Ambientais andou mal ao não disciplinar, de maneira expressa, em quais crimes as pessoas jurídicas poderiam incidir, bem como as penas a elas cominadas.

Diante desse paradigma, o aplicador da norma, ao se deparar com um tipo penal no qual o fato concreto se amolde, *mutatis mutandi*, a pessoa jurídica, deverá buscar em artigos separados as penas que a elas serão aplicadas em caso de condenação.

É de se dizer que muito embora os artigos 21 a 23 disciplinem as penas cabíveis às pessoas jurídicas, não estipulam o tempo de sua duração, ou seja, lapso máximo e mínimo de sua imposição, razão pela qual há quem diga que ocorre ofensa ao princípio da legalidade, expressa pelo adágio jurídico *nullum crimen, nulla poena sine praevia lege* (não há crime, nem pena sem lei anterior que os defina), sendo apontado que, para sanar esta impropriedade normativa, aplicar-se-ia, diretamente, a pena restritiva de direito, observando-se o *quantum* da pena privativa de liberdade cominada no preceito secundário do tipo penal, para fins de obtenção do prazo máximo e mínimo de duração da pena.

De outro vértice, parte da doutrina sustenta que as penas previstas nos artigos suso, por se encontrarem na parte geral da lei, se tratam de normas de extensão, ou seja, podem ser aplicadas à parte especial.

No que atine a pena de multa, melhor sorte não assiste ao legislador infraconstitucional, porquanto a doutrina não poupou críticas a esta modalidade de punição da pessoa coletiva, haja vista que também não é disciplinado pela lei qualquer parâmetro para a sua fixação.

Deve-se, assim, seguir os ditames do artigo 18 da Lei de Crimes Ambientais, a qual impõe que: “A multa será calculada segundo os critérios do Código Penal; se revelar-se ineficaz, ainda que aplicada no valor máximo, poderá ser aumentada até três vezes, tendo em vista o valor da vantagem econômica auferida.”

Desta maneira, a dúvida deve ser dirimida pelo Código Penal, o qual, em seu artigo 49, impõe os limites que deverão ser observados quando da fixação da pena de multa, a saber:

Art. 49 - A pena de multa consiste no pagamento ao fundo penitenciário da quantia fixada na sentença e calculada em dias-multa. Será, no mínimo, de 10 (dez) e, no máximo, de 360 (trezentos e sessenta) dias-multa.

§ 1º - O valor do dia-multa será fixado pelo juiz não podendo ser inferior a um trigésimo do maior salário mínimo mensal vigente ao tempo do fato, nem superior a 5 (cinco) vezes esse salário.

§ 2º - O valor da multa será atualizado, quando da execução, pelos índices de correção monetária.

Ressai do artigo acima que a pena de multa será fixada entre 10 a 360 dias-multa, podendo variar de 1/30 do salário mínimo vigente até cinco vezes o seu valor.

No que atine as penas restritivas de direitos aplicáveis aos entes morais, estas estão previstas no artigo 22 da Lei n.º 9.605/1998, a saber:

Art. 22. As penas restritivas de direitos da pessoa jurídica são:

I - suspensão parcial ou total de atividades;

II - interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade;

III - proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações.

§ 1º A suspensão de atividades será aplicada quando estas não estiverem obedecendo às disposições legais ou regulamentares, relativas à proteção do meio ambiente.

§ 2º A interdição será aplicada quando o estabelecimento, obra ou atividade estiver funcionando sem a devida autorização, ou em desacordo com a concedida, ou com violação de disposição legal ou regulamentar.

§ 3º A proibição de contratar com o Poder Público e dele obter subsídios, subvenções ou doações não poderá exceder o prazo de dez anos.

Conforme se depreende do §1º do artigo 22, a pena de suspensão das atividades da empresa será aplicada quando houver desrespeito as disposições legais e regulamentares, relativas a proteção do meio ambiente.

Silvio Maciel, a respeito da aplicabilidade da pena prevista no inciso I, ressalva que “a prática de crime pressupõe, necessariamente, o descumprimento da legislação ambiental. Não é neste caso, portanto, que será cabível esta pena, mas sim quando a empresa estiver *reiteradamente descumprindo* a legislação ambiental”¹⁵⁸.

Desta maneira, se a empresa for ré primária, não há que se falar na aplicação da alusiva penalidade.

¹⁵⁸ GOMES e CUNHA, op. cit., p. 721.

Consigno, por oportuno, que para se aferir o tempo em que a empresa terá a sua atividade paralisada, se faz necessária a consideração da *quantum* da pena privativa de liberdade para o crime praticado na espécie.

No que diz respeito a interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade (artigo 22, II, Lei n. 9.605/1998, nos termos do §2º), tal penalidade terá incidência quando o estabelecimento estiver operando sem autorização para tanto, ou, ainda, quando estiver funcionando fora dos limites concedidos na autorização ou em desrespeito a lei.

Tangente à proibição de contratar com o Poder Público e dele obter subsídios ou doações, a lei não ressalvou em quais situações esta pena restritiva será aplicada, dando, desta feita, azo a interpretações. Contudo, estipulou, em seu artigo 23, por quanto tempo poderia perdurar esta proibição, a saber, no prazo máximo de 10 anos.

No que atine à pena restritiva de direito consistente na prestação de serviços à comunidade, o artigo 23 da Lei de Crimes Ambientais trouxe o rol de atividades que poderão ser impostas às pessoas jurídicas:

Art. 23. A prestação de serviços à comunidade pela pessoa jurídica consistirá em:
I - custeio de programas e de projetos ambientais;
II - execução de obras de recuperação de áreas degradadas;
III - manutenção de espaços públicos;
IV - contribuições a entidades ambientais ou culturais públicas.

Mais uma vez, também neste caso, diante do silêncio do legislador, a melhor doutrina leciona que os valores a serem fixados nos incisos que dizem respeito ao pagamento pecuniário, deve-se ter como parâmetro as normas relativas a fixação da pena pecuniária.

No que versa à manutenção de espaços públicos, é de se imaginar que a *mens legis* era de que a atividade esteja relacionada com a proteção ao meio ambiente.

Arthur Migliari Júnior, aponta, ainda, como outro aspecto digno de nota, a possibilidade de aplicação das excludentes de ilicitude dispostas no artigo 23 do Código Penal à pessoa jurídica.

O estudioso explica que, ao seu ver, não há que se falar em legítima defesa e no estado de necessidade, a fim de excluir a culpabilidade do ente moral pela prática de um delito, isentando-a, com isso, da pena, porquanto aduz que os alusivos institutos são “critérios físicos, comensuráveis do ser humano”¹⁵⁹.

Em relação à exclusão de ilicitude do crime praticado pela pessoa jurídica sob o pálio do estrito cumprimento de dever legal, aduz que impossível, pois “inexiste tal consideração do ponto de vista meramente formal, como é a pessoa jurídica (...). O estado de necessidade se caracteriza somente porque corresponde ao instinto de conservação, inerente exclusivamente ao homem.”¹⁶⁰

Finalmente, esclarece que somente restaria aplicar ao ente moral a excludente de ilicitude consubstanciada no exercício regular de direito, contudo, ainda assim seriam consideradas, sob todas as vertentes, se a pessoa jurídica, mesmo que atuando dentro dos limites autorizados, não causou nenhum dano ambiental.

Aduz que a pessoa coletiva somente “estaria isenta se, dentre de todos os seus meios, por caso fortuito ou por motivo de força maior, ainda assim, tivesse ocorrido um infortúnio, jamais previsto ou esperado”.¹⁶¹

Vislumbra-se que até mesmo para a incidência de uma causa excludente de ilicitude, quando aceitável, a situação deve ser tão extremada, que quem sabe somente com a ajuda divina, a pessoa jurídica não pudesse de qualquer forma prever ou evitar a situação criminosa.

Diante de tudo que fora consignado, verifica-se que a lei de crimes ambientais, notadamente em relação ao seu procedimento, é demasiadamente falha, tendo que se socorrer ao processo penal e a lei dos juizados especiais para poder ter operância, sendo, ainda assim, intensamente criticada, deixando patente que o legislador não aproveitou os dez anos de carência de regulamentação do artigo 225 da Constituição para elaborar uma lei digna de reverência.

¹⁵⁹ MIGLIARI JÚNIOR, Arthur. **A Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica**. Campinas: CS Edições Ltda., 2002, p. 216.

¹⁶⁰ **Id.**

¹⁶¹ **Ibidem**, p. 222.

3.3. Pessoa jurídica de direito público

O texto constitucional e a Lei de Crimes Ambientais não apontam se a responsabilidade penal da pessoa jurídica, prevista em seus bojos¹⁶², versam sobre o ente moral público e/ou privado, fazendo com que o aplicador da norma se indague acerca da possibilidade de responsabilização criminal da pessoa jurídica de direito público.

Nesse aspecto, alguns estudiosos do direito apontam a impossibilidade de responsabilização criminal do ente moral público, contudo, tal posicionamento tem sofrido críticas severas, dentre as quais no sentido de que não tendo a lei feito nenhuma ressalva quanto ao Estado, não poderia a doutrina e a jurisprudência excluí-lo de responsabilização.

Ora, como o Estado poderia disciplinar a conduta dos entes coletivos privados, imputando-lhes a autoria de crimes ambientais e ele próprio se esquivar da lei?¹⁶³

Para Migliari, o Estado deve sim ser responsabilizado quando da prática de crimes ambientais, mas somente quando incorrer em delito desta natureza no exercício de suas funções, ou seja, quando não atuar como órgão gestor, mas como “substituto do particular nos negócios eminentemente contratuais”¹⁶⁴.

Migliari também aponta que as sanções a serem sofridas pelo Estado em decorrência da prática de um ilícito ambiental não devem ser as mesmas aplicadas às pessoas jurídicas privadas, não obstante algumas delas sejam compatíveis com a sua natureza, tais como o confisco de bens e a multa¹⁶⁵.

A respeito do tema Cristiano, disserta que:

¹⁶² Como já discorrido durante o estudo, há posição doutrinária que não admite a previsão da responsabilidade penal ambiental da pessoa jurídica no texto constitucional, contudo, não nos filiamos a esta corrente de pensamento.

¹⁶³ Nesse sentido, Arthur Migliari Júnior, discorre que “a legislação francesa deixou de lado a responsabilidade penal do Estado, com o entendimento de que seria um contra-senso o Estado-gestor sofrer represália do Estado-judicante, quando ambos, no exercício de seus afazeres tripartidos procuram desenvolver o bem-estar social, cada um na sua esfera de responsabilidade”. *In. A Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica*. Campinas: CS Edições Ltda, 2002, 159.

¹⁶⁴ *Idem*.

¹⁶⁵ *Id.*

... segundo os adeptos da linha de que a pessoa jurídica de Direito Público, sendo titular do “*jus puniendi*” não pode pretender punir a si própria, conquanto a lei dos crimes ambientais não exclui expressamente esta possibilidade, tal exclusão seria tácita devido à incompatibilidade das sanções aplicadas, conforme já exposto, principalmente quando se trata das penas restritivas de direito.¹⁶⁶

De acordo com Cristiano, uma das vertentes que excluía responsabilidade criminal da pessoa jurídica aponta que o Estado-Juiz não poderia punir a si próprio em decorrência da incompatibilidade das sanções aplicadas, citando como adeptos desta teoria da irresponsabilidade penal do Estado, Krebs e Shecaira.

Ora, como Migliari apontou, aplicar-se-ia, aos entes morais públicos, as penalidades que fossem compatíveis com a sua estrutura, a fim, até mesmo, de não causar prejuízo ao próprio cidadão em decorrência da aplicação e penal a pessoa jurídica pública.

Segundo o magistério de Paulo Affonso Leme Machado, é perfeitamente possível a responsabilidade criminal do ente público, vejamos:

Poderão ser incriminadas penalmente tanto a pessoa jurídica de Direito Privado como a de Direito Público (...). A Administração Pública direta como a Administração indireta podem ser responsabilizadas penalmente. A lei brasileira não colocou nenhuma exceção. Assim, a União, os Estados e os Municípios, como as autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista, as agências e as fundações de Direito Público, poderão ser incriminados penalmente. O juiz terá a perspicácia de escolher a pena adaptada à pessoa jurídica de direito público, entre as previstas no art. 21 da Lei 9.605/1998.¹⁶⁷

Depreende-se que para Paulo Affonso se faz impositiva a responsabilização penal do ente público, tal qual se responsabiliza a pessoa jurídica de direito privado, com a única ressalva de que deve o magistrado se ater, quando da imputação da sanção, a penalidade que melhor se adegue ao ente moral público.

Luiz Regis Prado, por sua vez, em sentido diverso, disciplina em sua obra que: “O termo *pessoa jurídica* deve ser entendido em sentido lato; isso significa, que

¹⁶⁶ SOUZA NETO, Cristiano. **A responsabilidade penal da pessoa jurídica no âmbito do direito penal ambiental brasileiro**. p.89. Dissertação de Mestrado. Disponível em: http://www.biblioteca.pucpr.br/tede/tde_arquivos/1/TDE-2006-03-30T080707Z-298/Publico/Christiano%20dto1.pdf. Acesso em 22 de maio.

¹⁶⁷ MACHADO, 2010, p. 746.

à exceção do Estado em si, qualquer pessoa jurídica de direito privado ou de direito público pode ser responsabilizada, mesmo porque a lei não faz distinção alguma.”¹⁶⁸

Logo, vislumbra-se que, para Prado, a exceção do Estado, através da sua administração direta, pode ser responsabilizada criminalmente. Isso implica dizer que apenas a administração estatal indireta, além das pessoas jurídicas de direito privado, estão sujeitas a imputação criminal pela prática de ilícito ambiental, segundo o pensamento do autor.

Já para Luiz Flávio Gomes:

... a responsabilidade da pessoa jurídica não é "penal" (no sentido estrito da palavra). Aliás, segundo nossa visão, essa responsabilidade faz parte de um tipo novo de Direito, que estamos chamando de sancionador (ou judicial sancionador). Responsabilidade pessoal e responsabilidade penal da pessoa jurídica são duas realidades inconciliáveis. A pessoa jurídica não conta com capacidade penal ou de ação. O velho *societas delinquere non potest* continua vigente. (...) Não vemos motivo para excluir da responsabilização a pessoa jurídica de direito público que, com certa frequência, envolve-se em delitos ambientais. De qualquer modo, segundo nossa perspectiva, essa responsabilidade não seria "penal". Faz parte do que estamos chamando de Direito sancionador (ou judicial sancionador). Aliás, assim entendido o tema, fica mais fácil admitir a responsabilidade inclusive da pessoa jurídica de direito público.¹⁶⁹

Depreende-se do texto supra, que Gomes aceita a possibilidade de responsabilidade penal da pessoa jurídica de direito público, contudo, sob outro parâmetro que não o penal.

Migliari leciona que quando o Estado estiver substituindo o particular, preenchendo os espaços deixados por este, não atuando na administração direta, deve, sim, ser responsabilizado criminalmente pela prática de delitos ambientais, haja vista que o contrário feriria de morte o princípio da isonomia, porquanto, nesta situação, o ente público estaria atuando como se particular fosse e não, diretamente, para a consecução da sua finalidade precípua.

Para os juristas Vladimir Passos Freitas e Gilberto Passos Freitas, apenas seria possível a responsabilização do ente moral de direito privado, pois não se

¹⁶⁸ PRADO, Luiz Regis; DOTTI, René Ariel (Coord.). **Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica:** em defesa do princípio da imputação penal subjetiva. 2.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010, p. 150.

¹⁶⁹ GOMES, Luiz Flávio. **Crime ambiental e responsabilidade penal de pessoa jurídica de direito público.** Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/11149/crime-ambiental-e-responsabilidade-penal-de-pessoa-juridica-de-direito-publico>. Acesso em: 22 maio 2012.

concebe a prática de crime por a pessoa jurídica de Direito Público, porquanto esta não pode perpetrar delito de natureza penal no seu próprio interesse ou em seu benefício, pois somente podem perseguir fins que digam respeito ao interesse público e, afora tal situação, ou seja, quando o interesse da coletividade não é respeitado, a punição deve recair sobre o administrador por agir com desvio de poder.

Destarte serão os agentes estatais os responsabilizados pela prática de crime ambiental para o qual tenham, de qualquer forma, concorrido, entendimento este também sufragado por Édis Milaré.

CONCLUSÃO

Após o aprofundado estudo realizado, se verifica que o meio ambiente foi erigido à categoria de direito fundamental pela Carta Constitucional de 1988, situação inédita no ordenamento jurídico pátrio, a partir de quando o meio ambiente passou a ser efetivamente protegido nas searas cível, administrativa e penal, sendo, esta última, uma verdadeira inovação em se tratando de responsabilização do causador do dano ambiental, porquanto, teve razão de ser após se verificar que a responsabilização cível e administrativa era ineficaz, no mais das vezes, no que dizia respeito à punição da pessoa jurídica.

Com a globalização e a evolução da indústria em nosso país, que, outrora, girava a sua economia apenas em torno da agropecuária, se constatou que, o homem, pessoalmente, não era mais o maior responsável pelos danos ambientais causados pela busca desenfreada e incessante de riqueza e de poder, mas sim a pessoa jurídica que, em diversas ocasiões, se valia dessa fachada para cometer crimes ambientais, porquanto, até então, encontrava-se agasalhada pelo manto da inimputabilidade.

Agora, com o entendimento moderno e indubitavelmente compatível com a expansão econômica brasileira, a pessoa jurídica não pode mais se esconder por trás da pessoa física que por ela responde, sendo certo que hoje, apesar de tal entendimento ainda ser minoritário, vem ganhando enorme respaldo jurídico, se tornando uma valiosa arma contra os causadores de danos ao meio ambiente.

Não poderíamos deixar de nos posicionar em relação às severas críticas tecidas pela corrente contrária a responsabilização penal do ente coletivo, as quais, sem embargo de entendimento diverso, possuem razão de ser. Isso porque o nosso ordenamento penal tradicional/conservador, tal como posto, não admite esta responsabilização, porquanto fundou suas bases na pessoa humana, no indivíduo, sob o pilar indestrutível de que somente este seria imputável criminalmente, jamais se cogitando que a sanção penal recaísse sobre a pessoa jurídica.

Nesse aspecto, andaram bem os juristas de vanguarda que logo “adaptaram” a criminalização do ente coletivo, lecionando que a responsabilidade

deste não é de natureza estritamente penal, mas sim de natureza judicial sancionadora.

No que atine a culpabilidade, esta seria aferida não tal qual a culpabilidade da pessoa humana, mas sob o foco da consciência social do ato criminoso perpetrado.

Para nós, a imputabilidade penal do ente coletivo encontra-se prevista na Constituição Federal, de modo que a Lei de Crimes Ambientais, neste aspecto, não pode ser acoimada de inconstitucional.

Necessário salientar, ainda, que não obstante haja previsão expressa em nossa Constituição, no atual momento do processo penal e do direito material penal brasileiro, as críticas possuem razão de ser, porquanto nosso sistema não se encontra adaptado para uma devida e esmerada punição do ente moral.

Como discorrido durante este trabalho, as pesadas críticas sofridas pela Lei n.º 9.605/1998 possuem fundamento, porquanto esta subscrição se filia ao entendimento de que o texto da lei foi mal redigido e se encontra repleto de falhas de natureza material e formal, o que justifica o julgamento depreciativo lançado, mas, ainda assim, não basta para rechaçar a aplicabilidade da responsabilização criminal ao ente coletivo, que hoje, apesar de falha, atende perfeitamente ao anseio social.

Isso porque, como já salientado, a sanção criminal será aplicada em último caso, quando superada todas as outras esferas de responsabilização e estas forem consideradas inócuas, ou seja, não surtirem o efeito esperado de coibir e prevenir a prática de outros crimes ambientais, característica que somente o direito penal possui.

Frise-se que se para alguns a responsabilização criminal da pessoa jurídica serve apenas de armadura para proteger a pessoa física que por meio dela se esconde, não podemos deixar de enaltecer o posicionamento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a responsabilidade penal do ente coletivo necessita, para a sua operância, de denúncia paralela à pessoa física que por ela responde.

Assim, não há no que se falar que a pessoa física, que emanou ato de vontade pela pessoa jurídica, não sofreria nenhuma reprimenda penal. Logo, pune-

se tanto a pessoa jurídica que se beneficiou, de qualquer modo, do ato criminoso perpetrado pela física, como está, que emanou a vontade.

Finalmente, consigno que a legislação criminal ambiental ainda deve se aperfeiçoar, sanar omissões e contradições contidas em seu bojo, bem como aprimorar o procedimento penal relativo às pessoas jurídicas, para que possa, efetivamente alcançar o seu objetivo, reprimir e punir os praticando de delitos ambientais, voltando a conscientização de que hoje se preserva a natureza não somente para a presente, como também para as futuras gerações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAME, Alcione. **Curso Gestão Estratégica de Agronegócios**. Disponível em: <http://www.pos.ajes.edu.br/arquivos/referencial_20110615094707.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2012.

ALVES, Rodrigo Ribeiro de Magalhães. **Responsabilidade penal da pessoa jurídica por crimes ambientais**. Disponível em: <http://www.fesmpdft.org.br/arquivos/Rodrigo_Ribeiro.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2012.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.

ARAGÃO, Valdenir Cardoso. **Aspectos da Responsabilidade Civil Objetiva**. Disponível em: <http://www.robertexto.com/archivo14/responsabilidade_civil.htm#_ftnref35> Acesso em: 22 mar. 2012.

ARAÚJO. Moacir Martini de. **Da Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica – Responsabilização Criminal da Pessoa Jurídica de Direito Público em relação aos Crimes Ambientais**. São Paulo: QuartierLatin, 2007.

BIANC, Fernanda Silva. **As gerações de direitos fundamentais**. Disponível em: <http://www.jurisite.com.br/doutrinas/Constitucional/doutconst16.html>. Acesso em: 20 maio 2012.

BIANCHI, Patrícia. **Eficácia das normas ambientais**. São Paulo: Saraiva, 2010.

BIM, Eduardo Fortunato. O mito da responsabilidade objetiva no direito ambiental sancionador: imprescindibilidade da culpa nas infrações ambientais. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, 15(57): p. 807-839, jan/mar.2010.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal: parte geral**. 11. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 263383/PR; 2000/0059400-8, 2ª Turma, Min. Rel. João Otávio de Noronha, 16.06.2005. Disponível em: http://ww2.stj.jus.br/revistaeletronica/Abre_Documento.asp?sSeq=557804&sReg=200000594008&sData=20050822&formato=PDF. Acesso em: 17 maio 2012.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. EDcl no REsp 865.864/PR, Rel. Ministro ADILSON VIEIRA MACABU (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RJ),

QUINTA TURMA, julgado em 20/10/2011, DJe 01/02/2012STJ. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/revistaeletronica/Abre_Documento.asp?sSeq=1099747&sReg=200602306076&sData=20120201&formato=PDF. Acesso em: 22 maio 2012.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. AgRg no REsp 898.302/PR, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 07/12/2010, DJe 17/12/2010STJ. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/revistaeletronica/Abre_Documento.asp?sSeq=1028436&sReg=200602246080&sData=20101217&formato=PDF. Acesso em: 22 maio 2012.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. HC 92921, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Primeira Turma, julgado em 19/08/2008, DJe-182 DIVULG 25-09-2008 PUBLIC 26-09-2008 EMENT VOL-02334-03 PP-00439 RJSP v. 56, n. 372, 2008, p. 167-185STF. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=550495>. Acesso em: 22 maio 2012.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 35565/2011 - CLASSE CNJ – 426; SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL; Número do Protocolo: 35565/2011; Data de Julgamento: 1º-02-2012; DES. GÉRSON FERREIRA PAES (RELATOR TJMT. Disponível em: <http://tjmt.jus.br/servicos/jurisprudencia/ViewAcordao.aspx?key=f55279c4-7753-4d85-ad25-fd8f101bf50a&render=1>. Acesso em: 23 maio 2012.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Apelação Cível Nº 1.0508.06.001370-5/001 - Comarca de Piranga - Apelante(S): Antonio de Oliveira Fortunato – Apelado (A)(S): Ministério Público Estado Minas Gerais - relator: Exmo. Sr. Des. Maurício Barros. Acórdão disponível em: <http://www.tjmg.jus.br/juridico/jt_/inteiro_teor.jsp?tipoTribunal=1&comrCodigo=508&ano=6&txt_processo=1370&complemento=1>. Acesso em: 19 maio 2012.

BRASIL.Tribunal Regional Federal da 1ª. Região.(ACR 2009.41.00.001747-9/RO, Rel. Desembargador Federal Mário César Ribeiro, Quarta Turma,e-DJF1 p.049 de 05/08/2011)TRF 1ª. Região. Disponível em: <<http://arquivo.trf1.jus.br/default.php?p1=200941000017479>>. Acesso em: 23 maio 2012.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª. Região. ACR 0001231-43.2005.4.01.4100/RO, Rel. Desembargadora Federal Assusete Magalhães, Terceira Turma,e-DJF1 p.39 de 22/07/2011TRF 1ª. Disponível em: <http://arquivo.trf1.jus.br/default.php?p1=12314320054014100>. Acesso em: 23 maio 2012.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª. Região. ACR 2007.41.00.005007-1/RO, Rel. Desembargador Federal Tourinho Neto, Terceira Turma,e-DJF1 p.507 de 25/11/2011TRF1. Disponível em:

<http://arquivo.trf1.jus.br/default.php?p1=200741000050071>. Acesso em: 23 maio 2012.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª. Região. MS 0021154-60.2010.4.01.0000/BA, Rel. Desembargador Federal Carlos Olavo, Conv. Juiz Federal Evaldo De Oliveira Fernandes, Filho (conv.), Segunda Seção,e-DJF1 p.052 de 19/04/2012TRF1. Disponível em: <http://arquivo.trf1.jus.br/default.php?p1=211546020104010000>. Acesso em: 23 maio 2012.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª. Região. Apelação Cível.Processo: Ac 7643 Sp 2005.03.99.007643-6 Relator (A): Juiz Convocado Rubens Calixto Julgamento: 13/01/2011.Órgão Julgador: - Terceira Turma. Disponível em: <http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=26&acao=consulta>. Acesso em: 10 abr. 2012.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**: parte geral. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 139.

CASAGRANDE, Anelise Marin. **Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica Diante da Lei n. 9605/98**. Disponível em <http://siaibib01.univali.br/pdf/Anelise%20Marin%20Casagrande.pdf> Acesso em: 07 abr. 2012.

DERANI, Cristiane. **Direito Ambiental Econômico**. São Paulo: Max Limonad, 1997.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**: teoria geral do direito civil. 25ª.ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 24ª. ed. São Paulo: Atlas, ano 2011.

DOMINGOS, Carla Hecht; GONÇALVES, Angélica F. de. **Responsabilidade civil por dano ambiental**. Disponível em: http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/24596/responsabilidade_civil_dano_ambiental.pdf?sequence=1>. Acesso em: 05 abr. 2012.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro – 7ª. ed. rev. Atual. e ampl.** São Paulo: Saraiva, 2006.

_____. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**, 12ª. ed. Saraiva 2011.

FREITAS, Eliane Freitas. **Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica**. Disponível em: http://www.robertexto.com/archivo14/resp_penal_pessoa.htm. Acesso em: 25 abr. 2012.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil, volume I**: parte geral. 8ª.ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

GODOY, Amalia Maria Goldberg. A Conferência de Estocolmo - Evolução histórica 2. Disponível em: http://amaliagodoy.blogspot.com.br/2007/09/desenvolvimento-sustentvel-evoluo_16.html. Acesso em: 30 maio 2012.

GOMES, Luiz Flávio e CUNHA, Rogério Sanches (coord.). **Legislação criminal especial**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

GOMES, Luiz Flávio. **Crime ambiental e responsabilidade penal de pessoa jurídica de direito público**. Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/11149/crime-ambiental-e-responsabilidade-penal-de-pessoa-juridica-de-direito-publico>. Acesso em: 22 maio 2012.

GUARDINI, Giuliano Reitz. **Responsabilidade Civil por Danos Ambientais**. Disponível em: <http://siaibib01.univali.br/pdf/Giuliano%20Reitz%20Guardini.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2012.

HARADA, Kioshi. **Responsabilidade civil do Estado**. Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/491/responsabilidade-civil-do-estado>. Acesso em 22 abr. 2012.

Linha do tempo: um breve resumo da evolução da legislação ambiental no Brasil. Disponível em: WWW.stj.jus.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=97547. Acesso em 12 maio 2012.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 12ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2008.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. 12ª. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

_____. **Direito Ambiental Brasileiro**. 18ª. ed. São Paulo: Editora Malheiros Editores, 2010.

MEIRELLES, Lopes Hely. **Direito Administrativo Brasileiro**. 37ª. ed. atualizada até a Emenda Constitucional 67, de 22.12.2010. São Paulo: Malheiros, 2010.

MIGLIARI JÚNIOR, Arthur. **A Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica**. Campinas: CS Edições Ltda., 2002.

MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente**: doutrina, jurisprudência, glosário. 3ª. ed. São Paulo: RT, 2004.

_____. **Direito do Ambiente**: a gestão ambiental em foco: doutrina, jurisprudência, glossário/ ÉdisMilaré; prefácio Ada Pellegrini Grinover. – 7º ed. rev. atual. e reform. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de Direito Penal**. Volume 1: parte geral, arts. 1º a 120 do CP/ Julio Fabbrini Mirabete, Renato N. Fabbrini. – 24. Ed. rev. e atual. até 31 de dezembro de 2006. – 4. reimpr. - São Paulo: Atlas S.A., 2008.

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil**: direito das obrigações: 2º parte: dos contratos em geral, das várias espécies de contrato, dos atos unilaterais, da responsabilidade civil. 35ª. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2007. v. 5.

NURA, Jorge Silva Estevam. **A Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica pela Prática de Crimes Ambientais e a Atuação do Ministério Público**. p. 5448. Disponível em <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/bh/nura_jorge_silva_estevam.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2012.

PINTO, Oriana Piske de Azevedo Magalhães. **Responsabilidade por dano ambiental**. Disponível em: <http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/20926/responsabilidade_dano_ambiental.pdf?sequence=1> - Acesso em: 05 abr. 2012.

PRADO, Luiz Regis; DOTTI, René Ariel (Coord.). **Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica**: em defesa do princípio da imputação penal subjetiva. 2.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

NETO, Nicolao Dino. **Introdução ao Estudo das Infrações Administrativas Ambientais**. Revista de Direito Ambiental – RDA. Ano 16. Vol. 62. abr.- jun./2011. Coordenação EladioLecey/Silvia Capelli. Editora Revista dos Tribunais. Introdução ao Estudo das Infrações Administrativas ambientais. Nicolao Dino Neto.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico** / atualizadores: Nagib Slaibi Filho e Gláucia Carvalho – Rio de Janeiro, 2007.

SILVA, Gustavo Passarellida. **A responsabilidade objetiva no direito brasileiro como regra geral após o advento do novo Código Civil**. Disponível em <<http://jus.com.br/revista/texto/4045/a-responsabilidade-objetiva-no-direito-brasileiro-como-regra-geral-apos-o-advento-do-novo-codigo-civil#ixzz1pc56iJ00>>. Acesso em: 19 mar. 2012.

SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**. 9ª.ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

SILVA, Letícia Borges da e OLIVEIRA, Paulo Celso de (Coords.). **Socioambientalismo: Uma realidade – Homenagem a Carlos Frederico Marés de Souza Filho**. Juruá: 2007.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. 8ª.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. **Manual de direito ambiental**. 9ª.. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2011.

SOUTO, Luís Eduardo Couto de Oliveira. **Direitos Fundamentais e Tutela do Meio Ambiente: Princípios e Instrumentos à Consolidação do Estado de Direito Ambiental**. Disponível em: <<http://siaibib01.univali.br/pdf/Luis%20Eduardo%20Souto.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2012.

SOUZA NETO, Cristiano. **A responsabilidade penal da pessoa jurídica no âmbito do direito penal ambiental brasileiro**. p.89. Dissertação de Mestrado. Disponível em: http://www.biblioteca.pucpr.br/tede/tde_arquivos/1/TDE-2006-03-30T080707Z-298/Publico/Christiano%20dto1.pdf. Acesso em: 22 maio 2012.

TROVÃO, Antônio de Jesus. **Uma breve análise acerca da sintaxe do Título III do Livro III, do Código Civil vigente: Do dano**. Disponível em: <http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=639>. Acesso em: 21 maio 2012.

VADE MECUM COMPACTO/ obra coletiva de autoria da Editora da Editora Saraiva com a colaboração de Luiz Roberto Curia, Livia Céspedes e Juliana Nicoletti. – 7º ed. atual. e ampl. – São Paulo: Saraiva 2012.

VADE MECUM SARAIVA. São Paulo: Editora Saraiva 2010.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil: responsabilidade civil**. 10ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2010. – (Coleção direito civil; v. 4).